

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS
PROGR. PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM URBANISMO

RICARDO LUÍS GALVAO ROSAL



**OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS CENTRAIS NA
ESTRUTURAÇÃO URBANA DO RECIFE**

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Júnior
Linha de Pesquisa: Requalificação Urbana

CAMPINAS

12/2008

Ricardo Luís Galvão Rosal

Os Espaços Livres Públicos Centrais na Estruturação Urbana do
Recife

Dissertação de Mestrado apresentado
ao Programa de Pós-Graduação do
Mestrado de Urbanismo, da Pontifícia
Universidade Católica de Campinas –
PUC-Campinas, como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Mestre em Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Júnior

Linha de Pesquisa: Requalificação Urbana

CAMPINAS

12/2008

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4 Rosal, Ricardo Luís Galvão.

R788e Os espaços livres públicos centrais na estruturação urbana do Recife / Ricardo Luís Galvão Rosal. - Campinas: PUC-Campinas, 2008.
101p.

Orientador: Wilson Ribeiro dos Santos Júnior.

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.

Inclui bibliografia.

1. Espaços públicos. 2. Planejamento urbano - Recife (PE).
3. Urbanização - Recife (PE). 4. Cidade e vilas - Melhoramentos públicos.
I. Santos Júnior, Wilson Ribeiro dos. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22.ed.CDD - t711.4

RICARDO LUÍS GALVÃO ROSAL

**"OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS CENTRAIS NA
ESTRUTURAÇÃO URBANA DO RECIFE"**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

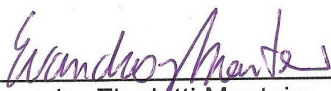
Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Dissertação defendida e aprovada em 16 de fevereiro de 2009 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior
Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Evandro Ziggatti Monteiro
Universidade Estadual de Campinas



Prof. Dr. José Roberto Merlin
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa teve como pedra fundamental à participação no Grupo de Pesquisa Requalificação Urbana da PUC-Campinas, que em interface aos anseios expostos no Projeto de Pesquisa apresentado nesse mestrado, culminou no assunto tratado. O presente exposto teve a participação direta e indireta de pessoas que contribuíram emocional e profissionalmente para esse pesquisador. Desse modo, gostaria de agradecer as pessoas mais importantes no processo.

A Wilson Ribeiro dos Santos Junior (Caracol), pelas orientações, ensinamentos, conversas e estímulos, que essa referencia profissional contribuiu nesses dois anos nos conhecemos.

A minha mãe, Gilzete Galvão, pela existência em minha vida. E nesse momento, por ter apoiado e contribuído nesse meu objetivo. A noção de diminuição da distancia física que nos separa é, essencial para vivencia em uma região distante.

A minha companheira e amiga Joanna Marcos, pelo amor e desenvolvimento que passamos ao longo desses dez anos de relacionamento. E a felicidade em compartilhar a geração de um ser humano fruto desse amor.

Aos meus irmãos, Roberta e Marcelo, e minha avó Elza, pelo apoio familiar e emocional, necessários para um pesquisador que sai para longe de sua terra natal e de seus contatos sociais. A meus sobrinhos Luan e Guilherme pela felicidade em ver o desenvolvimento dos novos integrantes.

A meu pai, Paulo Rosal, pelo incentivo na busca de novos conhecimentos.

Aos professores, Laura Bueno, Denio Benfati, Ivone Salgado, Maria Cristina Schicchi, Eugenio Queiroga e José Roberto Merlin, pelas contribuições que propiciaram, seja em sala de aula ou no grupo de pesquisa. A Vladimir Bartalini, Juleusa Turra pelos comentários no Exame de Qualificação, e Evandro Monteiro juntamente com o professor Merlin pelas contribuições na banca final.

A CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado, fundamental para realização desse mestrado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os espaços livres públicos centrais, na estruturação urbana da cidade do Recife, buscando verificar a existência de diálogo entre estes espaços e a dinâmica metropolitana. Tendo como eixo central da investigação os espaços livres que estão localizados nos centros urbanos e que possuem uso público, a pesquisa utilizou-se do contexto territorial da cidade do Recife como estudo de caso. Após uma busca conceitual que considerasse o espaço livre público como integrante dos usos e apropriações da área central, investigou-se o conjunto de espaços livres localizados no centro da cidade do Recife, o que resultou na análise de três espaços livres públicos com raio de influência metropolitana. Após investigar a Praça do Derby, a Praça Rio Branco e o Parque 13 de Maio, ficou escolhido como foco da pesquisa a Praça do Derby, por ser um ponto nodal de influência na dinâmica espacial metropolitana e apresentar características contemporâneas da na esfera da vida pública.

Palavras-chave: Recife, Espaços Livres, Espaço Público, Espaço Central, Esfera da vida pública e Dinâmicas espaciais metropolitanas.

ABSTRACT

This work intends to analyze the open public central spaces, in the urban structuring of the city of Recife, to verify the existence of dialog between these spaces and metropolitan dynamics. Taking as the axis central research open spaces which are located in urban centers and have public use, the research used the territorial context of the city of Recife as a case study. After a conceptual search to consider the open public spaces as the uses and integral appropriation in the central area, it was investigated the open spaces located in the center of the city that resulted in the analysis of three public open spaces with a radius of influence in metropolitan areas. The Praça do Derby, Praça Rio Branco and the Parque 13 de Maio were investigated and chosen as the research focus the Praça do Derby, for being a nodal point of influence in dynamic metropolitan space contemporary and present characteristics of the sphere of public life.

Key-words: Recife, Open spaces, Public space, Space central, Sphere of public life and Dynamic metropolitan space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1	A cidade do Recife. Fonte: IBGE / Google Earth.	07
Fig. 2	Detalhe do mapa Antônio Vaz e o Recife em 1637. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	09
Fig. 3	Recife 1647-1648. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	09
Fig. 4	Mapa Vingboons e Detalhe do Plano de 1639, atribuído a Pieter Post. Fonte: (MENEZES, 2001) e Prefeitura da Cidade do Recife.	10
Fig. 5	Desenhos de Frans Post, 1647, 1650 e o Recife urbano do século XVII. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	11
Fig. 6	Ponte Giratória de 1923. Fonte: Fundaj.	14
Fig. 7	Ponte da Boa Vista, 1876. Fonte: Márcio Moura.	14
Fig. 8	Mercado São José. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	15
Fig. 9	Pátio de São Pedro. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	16
Fig. 10	Mapa das linhas de força. Fonte: (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 17).	57
Fig. 11	Vários usos próximos das margens dos rios. Fonte: Copyright Aerodoor / Carvalho Pinto / Prefeitura da Cidade do Recife.	58
Fig. 12	Espaços livres do Recife. Fonte: (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 35-37).	59
Fig. 13	Tipologias dos espaços livres públicos por RPA. Fonte: (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 38).	60
Fig. 14	Tipologias dos espaços livres potenciais por RPA. Fonte: (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 40).	61
Fig. 15	Área dos espaços livres públicos. Fonte: (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 43).	62
Fig. 16	Setorização do Bairro do Recife. Fonte: Imagem da FIDEM, modificada pelo autor.	65
Fig. 17	Bairro do Recife. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	67
Fig. 18	Planta do Recife. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife, Projeto Recife-Olinda.	68
Fig. 19	Istmo de Recife e Olinda. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife, Projeto Recife-Olinda.	69
Fig. 20	Vista dos bairros São José, Santo Antônio e Bairro do Recife. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	71
Fig. 21	Plano de massa proposto pelo Projeto. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife, Projeto Recife-Olinda.	72

Fig. 22	Outro Plano de massa proposto pelo Projeto. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife, Projeto Recife-Olinda.	72
Fig. 23	Mapa do Recife dividido por RPA, com indicação dos municípios vizinhos. Fonte: Polícia Civil de Pernambuco / Copyright Aerodoor.	75
Fig. 24	Mapa dos Espaços Livres do Recife na RPA-1. Fonte: (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 38,40 e 41).	76
Fig. 25	Imagens da RPA-1, com destaque para o Bairro do Recife. Fonte: Copyright Aerodoor.	78
Fig. 26	Planta do Recife segundo o plano de Peter Post, 1639. Fonte: (NEVES, 2005).	78
Fig. 27	Planta do Recife de 1856. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	79
Fig. 28	União entre as Linhas de Força e os Espaços Livres. Fonte: Google Earth alterado pelo autor.	80
Fig. 29	Imagem dos três espaços livres. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife / Google Earth alterado pelo autor.	81
Fig. 30	Praça Rio Branco. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	82
Fig. 31	Vista aérea da Praça Rio Branco. Fonte: Copyright Aerodoor.	83
Fig. 32	Parque 13 de Maio. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	83
Fig. 33	Detalhe do Parque 13 de Maio. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	84
Fig. 34	Estudo das Linhas de Força incidentes no Parque 13 de Maio. Fonte: Google Earth alterado pelo autor / (CASÉ, 2005, p. 238).	85
Fig. 35	Detalhe da Praça do Derby. Fonte: Google Earth alterado pelo autor.	87
Fig. 36	Antigo Mercado Coelho Cintra. Fonte: Fundaj.	88
Fig. 37	Ilha dos Amores e fonte da Praça do Derby. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	88
Fig. 38	Praça do Derby. Fonte: (SÁ CARNEIRO, 2005, p. 33).	89
Fig. 39	Imagens da Praça do Derby. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	90
Fig. 40	Entorno da Praça do Derby. Fonte: Arquivo pessoal.	91
Fig. 41	Vetores de Fluxo. Fonte: Google Earth alterado pelo autor.	93
Fig. 42	Projeto Corredor Leste-Oeste. Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.	94
Fig. 43	Imagem da região de influência da Linha de Força. Fonte: Google Earth alterado pelo autor.	97

SUMÁRIO

Introdução	01
Recorte espacial	07
Sistematização do trabalho	17
Capítulo 1	
Espaços Livres, que espaços são esses?	19
1.1 Conceituação e fundamentação teórica do espaço livre	20
1.2 A produção do espaço, a área central e os espaços livres na estrutura urbana	32
1.3 Espaços públicos, espaços privados e as apropriações em curso	46
Capítulo 2	
Os espaços livres na evolução urbana do Recife	54
2.1 Os espaços livres na estrutura urbana do Recife	55
2.2 Intervenções urbanas e os espaços livres da área central do Recife	63
Capítulo 3	
As dinâmicas metropolitanas e os espaços livres centrais do Recife	74
3.1 Espaços livres e os fluxos urbanos da área central do Recife	75
3.2 Os espaços livres públicos centrais com repercussões metropolitanas: Praça Rio Branco, Parque 13 de Maio e a Praça do Derby	81
3.3 A praça do Derby: da leitura do lugar à leitura metropolitana	87
Considerações finais: uma praça na rede de relações intra-urbanas	95
Referências Bibliográficas	98

INTRODUÇÃO

Esta dissertação concentra-se em analisar os espaços livres públicos centrais na estruturação urbana da Cidade do Recife, buscando verificar qual ou quais destes espaços provocam repercussões na escala metropolitana.

A justificativa da escolha de se estudar os espaços livres localizados na área central de uma grande metrópole, deu-se pela importância que um centro metropolitano desempenha na dinâmica regional, e pela complexidade das relações existentes nos espaços livres centrais.

Dentre o amplo leque de abordagens dos estudos científicos sobre os centros urbanos, destaca-se a análise dos espaços não-edificados ou espaços livres, notadamente os de propriedade e usos públicos. Tal relevância dos espaços livres advém da diminuição da capacidade de suporte provocada pelos inúmeros problemas urbanos decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado. Com isso, os recursos ambientais são minimizados, tendo como exemplo a diminuição dos espaços livres, frente ao crescente adensamento das cidades. É importante frisar que mesmo que a importância da existência dos espaços livres seja compreendida e ressaltada por vários segmentos da sociedade, os espaços livres localizados nos centros urbanos ainda são propensos ao desaparecimento, frente aos projetos arquitetônicos contemporâneos. Realidade diferente da encontrada conforme se adentra no tecido urbano regional, pois o valor da terra tende a diminuir e os espaços não-edificados são mais frequentes.

Desta forma, os espaços livres que estão localizados nos centros urbanos e que possuem uso público correspondem ao eixo central da investigação. A questão da localização central é uma forte hipótese de investigação sobre a repercussão dos espaços livres na dinâmica metropolitana, ao mesmo tempo em que seu caráter público, associado à localização central, pode determinar um conjunto de relações específicas. O recorte espacial da pesquisa foi a cidade do Recife, capital de importância histórica no desenvolvimento do Brasil, que possui localização equilibrada entre os extremos do país e cujo grau de desenvolvimento urbano não se encontra em estágio inicial e nem extremamente saturado.

Apesar das questões conceituais serem tratadas mais detalhadamente no capítulo seguinte, podemos esclarecer que o conceito de espaço não-edificado é compreendido como contraposto ao espaço construído. Neste sentido, configuram-se como espaços que se mostram necessários para contrabalançar alguns fatores negativos, como a poluição ambiental, o adensamento desenfreado, a paisagem deteriorada, a carência de uma sociabilidade urbana e a falta da prática de exercícios físicos pela população, dentre inúmeros outros.

As pesquisas sobre os espaços livres urbanos são relativamente recentes no Brasil, e vêm sendo frequentes na área de arquitetura e urbanismo, desenvolvidas com foco na abordagem paisagística. Associada muitas vezes ao estudo da botânica e com foco em praças e elementos semelhantes, a análise paisagística tem cada vez mais ampliado sua escala de observação, voltando-se para uma análise mais abrangente da Paisagem, buscando compreender o impacto do conjunto dessas áreas para a cidade. Com essa abordagem, o estudo da paisagem estabelece um diálogo estreito com o Planejamento Urbano, com as Políticas Públicas vinculadas à Gestão Territorial e com o próprio Paisagismo.

As áreas do conhecimento que pesquisam este tema, sejam elas do paisagismo, do planejamento urbano, entre outros, possuem nomenclaturas específicas; assim, os respectivos discursos fazem uso de grande variação conceitual sobre esta temática “paisagística-urbana”. Portanto, há necessidade de que tais nomenclaturas sejam esclarecidas para se compreender os assuntos expostos e permitir um necessário aprofundamento teórico. É necessário investigar e entender os neologismos e ressignificados que possam emergir para esclarecer alguns conflitos e se chegar a uma determinação conceitual para a pesquisa, o que se justifica ainda mais no caso do urbanismo que, fundamentalmente, constitui-se numa ciência interdisciplinar.

Afora as questões conceituais, que auxiliam na compreensão dos fundamentos teóricos, entender algumas teorias que relacionem e expliquem um pouco das transformações em curso é um desafio para o urbanista. Dentre as teorias sobre os processos a que os centros urbanos estão sujeitos, podem-se destacar duas que possuem grande poder de transformação sobre o espaço físico: a teoria da

localização central, e a teoria inerente à dinâmica econômica que influencia o espaço. Ambas estão bastante relacionadas, e implicam a compreensão e análise crítica das estratégias adotadas para que se possibilite apontar alternativas de melhoria no quadro atual, analisando os cenários de transformação no ambiente físico.

A forma de apropriação do espaço pelas dinâmicas sociais - que terá correspondência com a esfera da propriedade, seja ela pública, privada ou algo híbrido – encontra nos espaços livres centrais um local privilegiado como campo de investigação. Os espaços livres, como certas praças e parques, assumem no processo de desenvolvimento urbano, a atribuição de um espaço de manifestação e de natureza pública, onde as práticas sociais encontram seu pleno desenvolvimento. Mas a depender das características desses espaços, determinados atos populares serão mais propícios que outros.

As transformações urbanas decorrem das práticas físico-sociais exercidas no tempo, e uma forma de conduzir determinadas dinâmicas com mais intensidade são as intervenções urbanas. Pode-se dizer que as intervenções urbanas são de dois tipos: as que se assemelham a um projeto de arquitetura, provocando um impacto pontual, mas sem desconsiderar os frutos de suas melhorias na região de seu entorno; e as intervenções com características de um programa, ou seja, com maior flexibilidade de tempo, que apontam diretrizes de futuro, seja em metas pré-estabelecidas ou abertas. As intervenções tornam-se outra interface para analisar os espaços livres, e isso porque os espaços livres encontrados nos centros urbanos são constantemente questionados sobre sua função, “função social”, e o papel que desempenham na dinâmica urbana contemporânea.

A análise dos espaços livres de um determinado lugar pode envolver o levantamento dos exemplares existentes, e sobre esses, deve ser processado um conjunto de análises para contribuir ainda mais na qualificação das informações. Dessa forma, faz-se necessário também entender as funções, tipologias, morfologias, localizações, e uma série de outras características que os espaços livres possuem e que condicionam suas potencialidades sociais. As implicações quanto às características são as mais diversas: o tamanho diminuto de um

espaço livre urbano dificilmente conseguirá abarcar grande quantidade de relações sociais; se o espaço possuir uma função extremamente esportiva, dificultará a utilização do mesmo para a mobilização de manifestações públicas; se a localização for periférica ao centro, ou se os espaços livres estiverem aglutinados, não se terá visibilidade para todo o conjunto. Em suma, o leque de investigação deve ser ampliado para melhor entender seus impactos nas relações urbanas.

Descrito esse contexto, verificou-se a necessidade de estudar a relação que se estabelece entre determinados espaços livres e as dinâmicas urbanas exercidas em seu entorno. Mas não se trata apenas da dinâmica de transformação no entorno imediato desses espaços, pois dessa forma estar-se-ia restringindo a pesquisa para fatores tais como a valorização do solo, mudanças de tipologias e futuras alterações nas ordenações legais do território. Trata-se de procurar compreender a respeito do impacto que determinados espaços livres públicos centrais desenvolvem na estruturação urbana e com eventuais repercussões regionais.

Através do estudo da evolução urbana, poderia-se chegar a dizer que as cidades que se estabeleceram através de um núcleo central foram constituídas de um espaço livre principal de grande importância para as práticas sociais e econômicas. Esse local, com o tempo se consolida como um centro histórico, e apesar de possíveis ressalvas, as transformações neles decorridas provocam por vezes uma mudança locacional de suas dinâmicas, e com isso a formação de outros espaços livres importantes na dinâmica regional não deve ser descartada. Portanto, é importante que a busca dos espaços livres com repercussões metropolitanas não seja verificada apenas no centro tradicional da cidade, mas sim, por toda a região central, o centro expandido, suas bordas e demais caminhos em que as relações centrais foram estabelecidas.

Apesar dessa pesquisa se deter principalmente nas dinâmicas presenciadas neste século, será necessário compreender os determinantes históricos para se entender o processo de transformação ao longo do tempo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram desenvolvidos alguns objetivos específicos para subsidiar esta investigação, como os que se seguem: descrever e analisar os conceitos inerentes a esse universo pesquisado; pesquisar as formas de apropriação e utilização dos espaços livres públicos centrais; investigar as estratégias de intervenção ocorridas na área central e o diálogo estabelecido com os espaços livres; levantar os espaços livres centrais para verificar qual ou quais espaços desempenham repercussões relevantes na região e aprofundar a leitura urbana e paisagística.

Foi adotado o método dialético, pois não se está investigando um objeto finalizado, acabado, está sendo analisada uma dinâmica urbana, que como tal, está em transformação, inviabilizando desta forma uma análise de um objeto isoladamente, pois os demais objetos e ações que influenciam sua transformação devem também ser considerados. Pelas características quantitativas também incidirem nos fatores qualitativos, as duas formas de tratamento de dados serão contempladas pelo estudo, de forma a qualificar as informações.

Espera-se como resultado, atender aos objetivos propostos, entendendo a relevância de uma pesquisa que dialogue entre esses elementos espaciais específicos e as dinâmicas exercidas nos centros urbanos. Esses espaços devem ser entendidos com finalidades maiores que as ambientais, e não entendidos apenas como o “pulmão” da cidade, como outrora se cogitou. Suas atribuições contemporâneas devem ser repensadas, assim como suas apropriações devem ser entendidas, para melhor direcionar o planejamento das cidades.

Por fim, espera-se, através da pesquisa aqui desenvolvida, deixar em aberto alguns caminhos para posteriores aprofundamentos, contribuindo para a maturação do conhecimento científico na área.

Recorte espacial

O recorte espacial dessa pesquisa foi a área central do Recife, reconhecida principalmente pelo Bairro do Recife, que foi seu núcleo primitivo. Além desse, os Bairros da Boa Vista, Santo Antônio, São José, Santo Amaro e Ilha do Leite também compõem a área central da cidade.

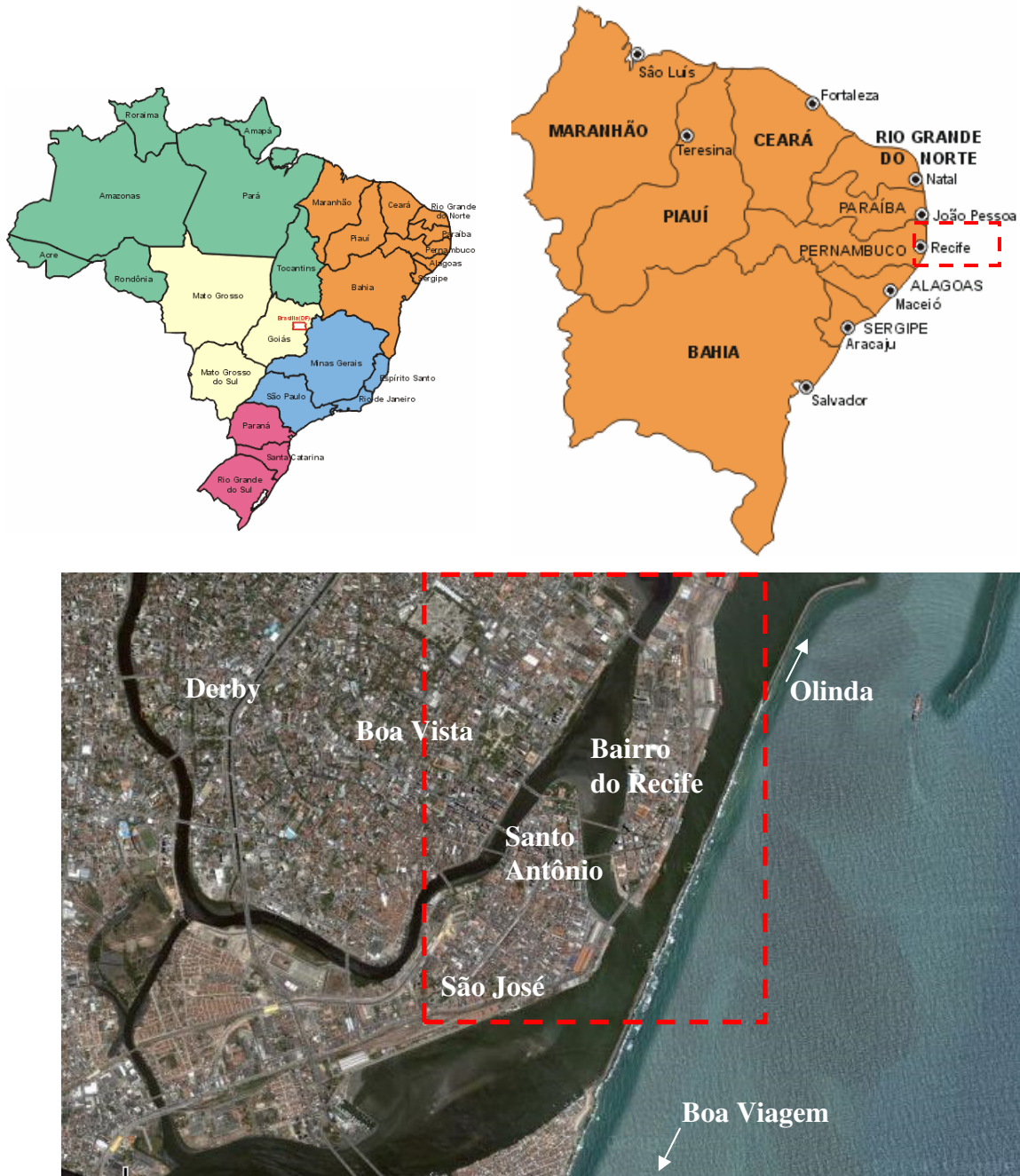


Fig. 44A Cidade do Recife. Mapa do Brasil com as regiões, mapa da Região Nordeste com os Estados e Capitais, e foto aérea do Recife com destaque para a área central.

Capital do Estado de Pernambuco, Recife está localizada no litoral nordestino do Brasil e conta com uma população estimada em 1.533.000 hab.¹, distribuída em uma área de aproximadamente 220 km². A cidade possui grande relevância na dinâmica metropolitana, além de ser uma Região Metropolitana de fundamental importância tanto no Nordeste quanto no Brasil, composta por pouco menos de 4 milhões de habitantes, o que compreende mais de um terço da população do Estado.

Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes se estabeleceram como cidades importantes na história do Brasil, e dada a sua proximidade, tem no processo evolutivo urbano um caráter de complementaridade, e ajudaram na formação do Grande Recife.

Atribuída a data de 1537 como fundação do Recife, a cidade desde sempre desenvolveu amplo papel na dinâmica urbana, e a existência de um Porto, desde sua formação, acentua ainda mais esse processo. Devido a sua natureza litorânea e recortada por rios, Recife se constituiu na estratégia de se criar uma cidade no estuário de rios e porventura com exploração econômica, nesse caso através da produção do açúcar, facilitada pelo transporte fluvial.

Em 1630, a presença holandesa, que perdurou por 24 anos, contribuiu com o desenvolvimento da cidade, sobretudo pela influência do Conde João Maurício de Nassau. Acompanhado dos mais diversos e qualificados profissionais, Nassau pretendeu construir uma Cidade Nova, a Maurícia, que tinha sido traçada pelo arquiteto Pieter Post, segundo uma concepção regular, e não mais orgânica como foi a cidade de Olinda.

“[...] basta dizer-se que em 1640 se reunia em Recife o primeiro Parlamento de que há notícias no hemisfério ocidental [...]” (HOLANDA, 1995, p. 63).

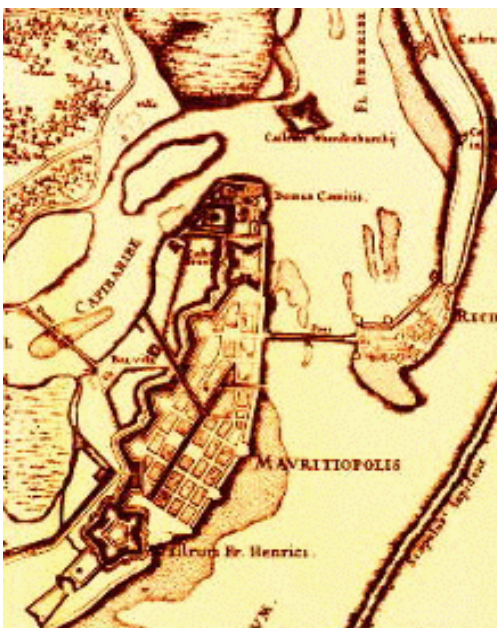
¹ Segundo Censo Demográfico e Contagem da População, IBGE, 2007.

Afora essa vinda dos colonizadores, e as relações comerciais que atraíram um fluxo cada vez maior, a cidade chegou a receber nesse mesmo século 3.500 habitantes, provenientes de um incêndio na cidade vizinha de Olinda. Dado esse fato quantitativo, percebe-se que ambas as cidades já concentravam um grande contingente populacional.



Fig. 45 Detalhe do mapa Antônio Vaz e o Recife em 1637.

A evolução urbana do Recife decorreu da união entre os princípios estabelecidos nas *Leyes de Índias*, e a forma holandesa de ocupação, todas elas estabelecendo normas para implantação de núcleos populacionais nas colônias, embasadas por estratégias militares e formas próprias de ocupação. Mesmo que essas normas pudessem não ser seguidas na íntegra, percebe-se que certas indicações eram uma constante.



A engenharia militar que muito influenciava os projetos de cidades pode ser verificada nos desenhos das duas cidades vizinhas. Enquanto Olinda se localizava no alto com uma ampla visão, seja do mar ou do interior, Recife se configurava em terreno baixo, rodeada de fortes e pontos militares.

Fig. 46 Recife 1647-1648.

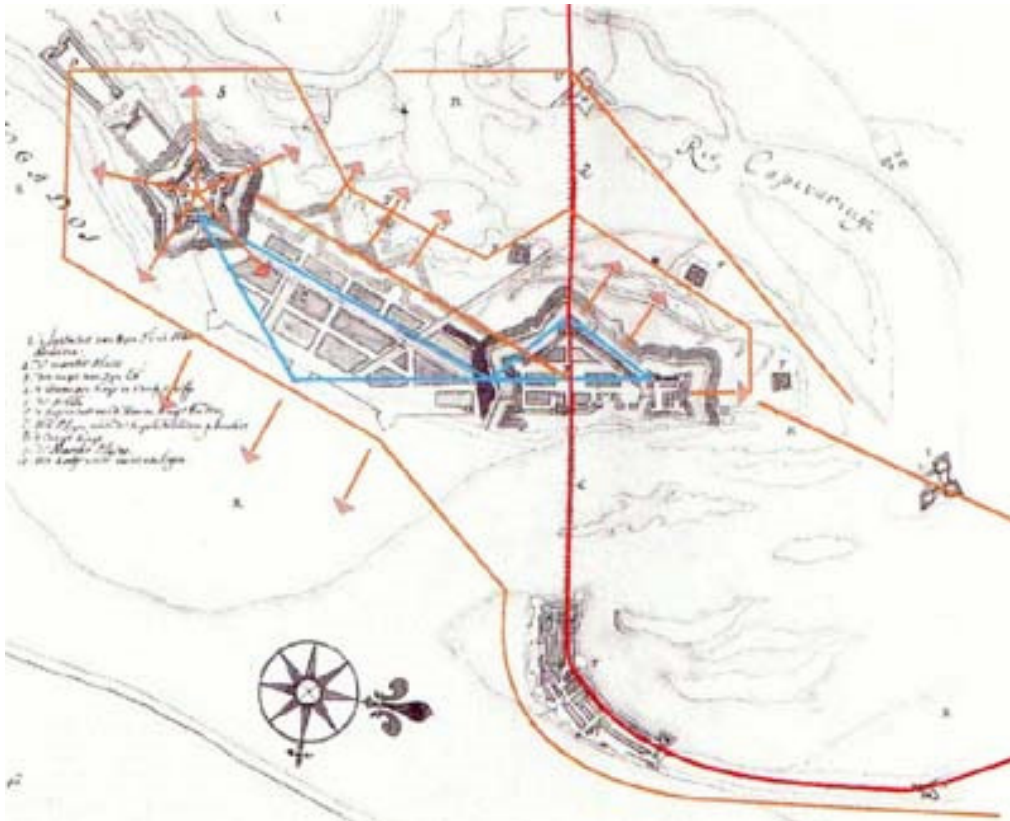


Fig. 47 Mapa Vingboons e Detalhe do Plano de 1639, atribuído a Pieter Post. Nota-se na primeira figura, o traçado diretor com o eixo do Plano e sistema fortificado.

Com sua topografia plana, Recife cresce sem uma delimitação territorial muito clara, rumo ao interior da região constituída por terrenos mais homogêneos e repletos de recursos para exploração. A configuração da cidade então vai se estabelecendo por um conjunto decorrente das fortes atribuições comerciais, que futuramente será o centro histórico, e ocupações mais rarefeitas adentro do território com afinidades mais rurais.

Dada essa forma de expansão proporcionada pela morfologia da área, que era caracterizada por rios e mangues, as pontes viriam a constituir, em seu conjunto, uma marca na paisagem dessa cidade, tendo sido a primeira inaugurada por Nassau em 1644. Fruto dessa expansão e do desenvolvimento que ali se instala, os aterros serão uma constante, até os dias de hoje, pois as áreas alagadas e alagadiças sempre estiveram presentes em sua formação.



Fig. 48 Desenhos de Frans Post, 1647-1650, e o Recife urbano do século XVII.

Em contraposição ao centro comercial, que se estabeleceu no local das primeiras implantações estrangeiras no Recife, as chácaras advindas do período colonial terão outra morfologia em relação às edificações encontradas no núcleo central, pois foram definidas pelas grandes dimensões do terreno com a edificação isolada das demais. Localizadas na periferia dos centros urbanos, as chácaras serão a forma de residir escolhida pelas famílias mais abastadas, forma essa que potencializava sua relação de poder regional, já que contavam com certas facilidades de abastecimento e aproveitamento da esfera rural, ao mesmo tempo em que não estavam localizadas a grandes distâncias do núcleo urbano, viabilizando sua participação na esfera urbana.

Com o tempo, o declínio da escravidão e a expansão da área urbana começaram a interferir na estrutura dos engenhos de açúcar. Com a inviabilidade de sua manutenção e tendo suas dimensões reduzidas, a cidade ganhava uma dinâmica cada vez mais expansiva e equipava-se com seus transportes, esgotos, abastecimento de água, iluminação, espaços públicos, etc.

A incorporação das duas malhas já se tornava um fato; a fundição entre chácaras e sobrados apareceu com a expansão dos sobrados e a constituição de casas com afastamentos dos limites dos lotes, além das chácaras com incorporação de características urbanas em terrenos reduzidos e não mais espriados pelo território.

Com o avançar da evolução urbana e das relações comerciais que se estabeleceram, Recife teve seu processo de urbanização pela industrialização acelerado pela influência inglesa. Se nos primórdios, a presença holandesa contribui enfaticamente no seu desenvolvimento, a “Missão Francesa” de 1816 foi a influência externa mais sentida, que ao desembarcar com artistas e técnicos especializados, vai se somar à pretensão da cidade de concorrer no mercado das exportações. Essa presença estrangeira resultou numa mudança padronizada do gosto e costumes, além de orientar o urbanismo com princípios higienistas, aliado a seus produtos em ferro. Percebe-se que nesse momento ainda é sentida a forte influência de seu porto, pois além da influência regional, este foi fundamental nas ligações com o comércio exterior.

Dentre as atividades em que o porto exercia influência, as atividades de monocultura eram as mais sentidas. Os grandes engenhos continuavam a exercer um importante papel, e chegaram a atrair incipientes fundições, com o propósito de fornecer máquinas, peças e até mesmo engenhos completos a vapor, como foi a Fundação Aurora, fundada em 1829. Mas a pressão exercida pelos produtos importados não permitiu uma longa sobrevivência às mesmas.

É indiscutível que as construções em ferro, como as linhas férreas e as pontes, se configuraram como um sistema elementar na formação das cidades brasileiras, e mesmo após o apogeu das importações e exportações da monocultura pernambucana, o desenho viário se perpetuou no tempo.

Recife teve em meados de 1850 a segunda ferrovia brasileira implantada pela “Recife and São Francisco Railway Company”; com sua extensão aproximada de 125 km, ela passava por duas grandes pontes de ferro, a de Motocolombó (97 m) e a de Afogados (116 m). Saindo do Forte das Cinco Pontas, e com paradas em Afogados, Boa Viagem e Prazeres, seu trajeto fortaleceu o surgimento de bairros com características de moradias, e não mais de cultivos agrícolas, próximos ao centro da cidade.²

A busca de uma melhor forma de circulação de pessoas e mercadorias, que não fosse interrompida pelos recursos naturais, transformou a cidade do Recife em uma cidade de pontes. A sua grande quantidade de pontes fez com que a cidade fosse conhecida como “Veneza Brasileira”, tendo as pontes constituído um dos maiores símbolos da cidade, integrando-se a sua paisagem.

² Antigos engenhos do Recife deram o nome a bairros tradicionais, como o Engenho Brum, atual Bairro de Caxangá, Engenho Madalena (Bairro da Madalena), Engenho do Meio (Bairro Engenho do Meio), Engenho Casa Forte (Bairro de Casa Forte), Engenho Torre (Bairro da Torre), Engenho de Apipucos (Bairro de Apipucos), dentre outros.



Fig. 49 **Ponte Giratória de 1923.** Apesar de não ser mais giratória, continua com seu lado direito da figura abrigando a passagem de trem, que sempre fez a ligação de produtos do continente com os galpões do porto. Ela demonstra a busca de soluções entre uma sobreposição de sistemas de transportes ferroviários, terrestres e fluviais.



Fig. 50 **Ponte da Boa Vista, 1876.** Ponte inglesa feita em estrutura metálica.

Os espaços livres, com funções recreativas, também tiveram substanciais influências do ferro. Os novos mobiliários urbanos vieram caracterizar a imagem das praças, parques e outros espaços de uso público do século XIX, e encontrados expressivamente ainda nos dias de hoje. Esses mobiliários urbanos proporcionaram uma maior constância e utilização dos espaços públicos de lazer, seja por características que passavam a sensação de segurança - formada, sobretudo pelos postes de iluminação a gás - ou contemplativas, como as fontes ornamentais, os bancos de praças e os coretos.

Dentre eles, os coretos desenvolveram um importante papel nas praças e parques das cidades, pois trouxeram mais atrações para esses espaços, alimentando o contato social e a vivência nos espaços coletivos. Além disso, os coretos, seja em ferro ou mesmo em alvenaria, vêm representar uma edificação de caráter permanente, nos lugares implantados, subsidiando a própria existência das praças e parques.

Com relação aos coretos, é impressionante a maneira como foram importados e assimilados pelos países subdesenvolvidos. Quase sempre em ferro fundido, se constituíram na peça mais decorativa do mobiliário urbano produzida pelos industriais europeus. (SILVA, 1986, p. 31).

Partindo de uma incipiente edificação, que foram os coretos, e obtendo um grau de dinamismo urbano maior do que muitos espaços contemplativos, será presenciado nos mercados públicos um hibridismo entre comércio, contemplação, espaço público e espaço privado, edificado e áreas livres. Os mercados públicos do Recife exerceram, e ainda exercem, um importante papel na dinâmica local e regional, e constituíram outro marco na paisagem recifense, enaltecendo a vida pública.

Local de uso das mais variadas classes sociais e nos mais diversos horários, os mercados do Recife colaboram a todo o momento com a vivência do espaço



público através da sociabilidade de todos os seus usuários.

Fig. 51 Mercado São José. Inaugurado em 1875, é o mais antigo edifício pré-fabricado em ferro no Brasil.

Afora os espaços criados pelos parques, praças e pelos mercados, é perceptível que os largos e pátios religiosos localizados na parte frontal das igrejas, tenham um outro papel na dinâmica contemporânea das adensadas cidades, pois serão apropriados de forma diferente da tradicional. Porém, isso é inerente às transformações que transcorreram como as mudanças de hábitos e dos tipos de residência e a transformação do rural proveniente do avançar da malha urbana.



Fig. 52 Pátio de São Pedro. Localizado no bairro de Santo Antônio, a construção de sua igreja começou em 1728.

Nos anos que se sucederam, a área central do Recife foi passível de várias transformações urbanas, o que resultou em um centro bastante adensado. Apesar disso, sua paisagem será contrabalançada pelos espaços livres públicos, espaços esses projetados pelo homem, como jardins, parques, praças e passeios públicos – e os inerentes a sua própria geografia, como os elementos naturais de vegetação e os aquáticos, compostos pelos rios, mangues, margem litorânea e, futuramente, os canais.

Sistematização do trabalho

Como forma de sistematizar o raciocínio através de um caminho plausível para o entendimento das questões a que essa pesquisa se propõe, a presente dissertação foi estruturada em três capítulos, precedidos por essa introdução.

Problematizada a temática e explicado o objetivo da pesquisa, caracteriza-se, na Introdução, o recorte espacial do objeto de estudo, ou seja, fornecem-se informações sobre a cidade do Recife necessárias para a compreensão do trabalho, estabelecendo metodologicamente uma abordagem que visa investigar nestes locais específicos escolhidos a manifestação de processos equivalentes disseminados internacionalmente em vários períodos históricos.

O primeiro capítulo dedica-se ao esclarecimento da base teórico-conceitual necessária para o desenvolvimento das reflexões que o tema suscita. Dessa forma, busca-se um diálogo entre conceituações, que embora não sejam divergentes, são apropriadas com diferenciações por áreas de conhecimento contíguas como no caso das leituras com viés paisagístico e outras que tratam das questões urbanas de forma mais abrangente. O capítulo tratará de conceitos como “Espaço Livre”, “Praça”, “Centro”, “Localização”, “Memória” e outros conceitos que se inter-relacionam, segundo a ótica dessa pesquisa. A seguir serão focados o interesse e a escolha, como objeto de estudo da pesquisa, de determinados espaços livres públicos localizados em área central. Contempla ainda as dinâmicas presentes nos espaços urbanos centrais, verificando as relações que se estabelecem entre o “público” e o “privado” e as transformações sociais no espaço urbano, propiciadas seja pelo “modelo” econômico, seja pelas formas de convívio e de apropriação social.

O segundo capítulo concentra-se em discorrer sobre os espaços livres localizados no Recife e analisar o papel que desempenham nas propostas de intervenções urbanas mais recentes, intervenções essas que tiveram o centro histórico da cidade como o eixo articulador das propostas, mas que ampliaram seu raio de influência para a escala metropolitana.

O terceiro capítulo dedica-se propriamente à análise dos espaços livres públicos localizados na área central do Recife que, além de participar da conformação da estrutura urbana, influenciam as dinâmicas urbanas em escala metropolitana. Dentre estes, o capítulo irá se deter no estudo da Praça do Derby analisando os fatores de impacto que decorrem do seu papel específico na articulação geral da mobilidade urbana, promovida pelo sistema de circulação e transportes.

Nas considerações finais, reafirma-se o papel que determinados espaços livres públicos centrais exercem nas dinâmicas urbanas que combinam características locais e metropolitanas simultaneamente, como condição fundamental para a elaboração de estratégias adequadas de desenvolvimento urbano. Enfatiza-se, ainda, a importância desses espaços públicos como elementos potencialmente importantes no processo de requalificação urbana, por terem se constituído como polarizadores e dispersores de fluxos urbanos.

CAPÍTULO 1

Espaços Livres, que espaços são esses?

1.1 Conceituação e fundamentação teórica do espaço livre

Ao desenvolver um estudo de determinado assunto faz-se necessário, por vezes, compreender as relações que o tema suscita a partir da retomada de seus fundamentos. Essas referências constituem com frequência a introdução da temática e preceitos elementares, e são necessárias para aprofundar as linhas de conhecimento que delas derivam. No urbanismo, essa base bibliográfica fundamental é bastante variante, pois além dos assuntos específicos que possam surgir na área através de sua bibliografia própria, o estudo urbano faz uso constante de referências específicas de outras áreas do conhecimento, uma vez que sua formação é interdisciplinar.

A abordagem de assuntos relativamente recentes, muitos dos quais ainda sem referências específicas consolidadas, é outra característica do urbanismo. Dessa forma, são utilizados textos complementares, seja para aprofundar cientificamente um assunto ou contextualizá-lo.

As pesquisas sobre os Espaços Livres vinculam-se geralmente à área de Paisagismo e constituem um tema relativamente recente na área de arquitetura e urbanismo³. Com poucas referências nacionais sobre esse assunto, foi necessário que os pioneiros brasileiros recorressem à bibliografia estrangeira, o que foi subsidiada pelas discussões internacionais derivantes dos parques públicos, que vinham sendo aprofundada desde a primeira metade do século XVIII.

³ Esse caráter contemporâneo é enaltecido pelo fato da implantação da disciplina Arquitetura Paisagística ter ocorrido em 1952, na FAU-USP. “Nas primeiras duas décadas de formandos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo poucos se interessaram em atuar na área de paisagismo. A partir da década de 70 o interesse se ampliou. Simultaneamente, nesta década a discussão sobre o meio ambiente estaria em todo o mundo.” (MAGNOLI, 1982, p. 42). Vale mencionar também a contribuição advinda da Geografia Humana, que enriquece permanentemente as pesquisas sobre os Espaços Livres.

Objetiva-se aqui, proporcionar melhor entendimento das teorias conceituais relativas ao estudo dos Espaços Livres, à luz de algumas das principais referências bibliográficas brasileiras, visando definir determinados conceitos introdutórios necessários para a compreensão dos assuntos expostos e permitir seu aprofundamento teórico. Dada a abrangência do objetivo proposto, as questões conceituais serão retomadas e melhor detalhadas no decorrer desse trabalho; porém, esse capítulo será responsável por abarcar de forma simplificada uma base conceitual elementar.

Para compreender os conceitos como Espaço Livre, Espaço Livre Público, dentre outros relacionados, é necessário inicialmente definir o que vem a ser o “Espaço”. Por ser um termo abrangente, pode ser entendido através de vários enfoques, e no caso do Urbanismo, apresenta semelhanças com as teorias desenvolvidas no campo da Geografia Humana, sobretudo as difundidas por Milton Santos, que entendem o Espaço como decorrente de um conjunto indissociável entre Objetos e Ações.

Milton Santos descreve que: “O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos [...] O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.” (SANTOS, 1997b, p. 71). Decorrente dessa formação entre objetos e ações, ou seja, coisas móveis e imóveis, o autor citado complementa que o espaço é formado de Fixos e de Fluxos, definição que remete às teorias contemporâneas que enfocam o desenvolvimento dos fluxos⁴.

Nota-se que a presença do homem como agente da ação na caracterização do espaço é peculiar; isso porque nessa definição, o espaço é por excelência social, e como tal, os seres humanos e seu papel na transformação do espaço são os princípios fundamentais. O homem cria e transforma o espaço permanentemente, a ponto de ficar ultrapassada a distinção entre espaço natural e espaço artificial.

⁴ A título de exemplo, Manuel Castells chama de Espaço de Fluxos a nova lógica espacial.

Além do fator social, o espaço é entendido como uma totalidade relacional, ou seja, as partes estão relacionadas entre si. Segundo esse ponto de vista, um determinado fragmento do espaço pode servir como amostragem para dinâmicas exercidas em vários outros fragmentos semelhantes do mesmo espaço. “Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida.” (SANTOS, 1997a, p. 01).

Contudo, para essa pesquisa o espaço é formado por objetos e ações, onde o homem é determinante nas transformações, apesar de sua participação ser, em certas ocasiões, mais ativa que em outras. Isso porque através dos meios produzidos e condicionados, o homem pode se ausentar de determinadas atividades em desenvolvimento.

Esse espaço, em termos de método, pode ser entendido e classificado através de várias formas, e segundo uma percepção urbanística, a distinção entre espaços construídos e espaços não-construídos parece ser um caminho, pois enquanto espaço urbano, os espaços relegados aos interiores das edificações são menos relevantes que os compartilhados pela população de forma geral.

Segundo Miranda Magnoli, o conceito de Espaço Livre possui significado conceitual confrontante com o Espaço Edificado; assim, “O espaço livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações e que as pessoas têm acesso).” (MAGNOLI, 1982, p. 48). Desse conceito básico, emerge uma série de aprofundamentos, como: se esses espaços são públicos ou privados, as formas desses espaços e suas funções, as esferas que predominam, a cobertura natural, o acesso, e principalmente, a relação que a sociedade desempenha nesses espaços livres.

Dada a abrangência de interpretação que o tema “espaço livre” pode suscitar, para a área do urbanismo, o Espaço Livre é o espaço territorial não edificado.

Pelos processos de transformações que a sociedade está sujeita, e a vivência em núcleos urbanos cada vez maiores, cresce a importância dos espaços livres frente à perspectiva da falta de suporte para a vida humana. Os estudos que emergem sobre ecologia, clima, sustentabilidade urbana, dentre vários outros, possuem interação com os espaços livres por esses constituírem elemento fundamental de transformação.

Apesar da importância que os espaços livres possam representar, eles serão tratados distintamente de acordo com os enfoques. Dessa forma, para um enfoque ambiental, por exemplo, os espaços livres constituídos de expressiva cobertura vegetal podem ser mais importantes que os espaços livres sem elementos vegetais. Mas apesar dessa distinção imediata, tanto os espaços livres quanto os edificados, verdes ou não, relacionam-se e influenciam-se mutuamente.

A qualidade do espaço urbano, um dos fatores da qualidade de vida urbana, é seriamente influenciada pela configuração física do espaço livre: como pode ser simplesmente decorrente do desenho do espaço edificado? O espaço livre público é o espaço de todo cidadão, e o espaço da vida comunitária por excelência. O espaço edificado público é só eventualmente tão público quanto o espaço livre público. (MAGNOLI, 1982, p. 55).

O Espaço Livre Público genericamente possui relevância maior que o Espaço Livre Não-Público, pois são espaços de acesso comum, onde as práticas sociais tendem a desenvolver-se com mais dinamismo e a carregar consigo grande poder de transformação na escala urbana. É nas potencialidades dos espaços livres públicos que muitas vezes estão adormecidas, que mais rápido se viabilizam as estratégias físicas espaciais das mais amplas escalas de influência.

Diferentemente do espaço edificado e do espaço livre, onde a clareza da distinção é compreendida rapidamente, as distinções entre o espaço público e o espaço privado suscitam uma análise bem mais apurada.

Referindo-se ao Passeio Público do Rio de Janeiro, Hugo Segawa faz os seguintes comentários: “Os jardins botânicos constituem uma tênue fronteira entre o público e o privado. Privado enquanto se trata de um recinto com finalidades científicas de prática reservada – o que sugere a expressão ‘semiprivada’ como mais adequada, porquanto ao se propor como espaço de divulgação do conhecimento da flora, esse recinto se abre para os interessados, é um espaço público.” (SEGAWA, 1996, p. 58). Mais adiante complementa: “Descrições de viajantes ao longo do século 19 revelaram instantes animados, mas, muito mais, momentos de abandono e solidão de um espaço programado como público. *Público* em um sentido que deve ser examinado em seu tempo. Espaço de acesso controlado, de comportamento vigiado, um mundo à parte.” (SEGAWA, 1996, p. 108).

Fica claro que a distinção em constituir-se como um espaço público ou privado muda com o passar do tempo, além de que a existência dos espaços híbridos, que foram chamados de “semiprivados” vem a aumentar sua complexidade de análise. Recorrentes no tempo também são as práticas que foram apontadas; a indução de atividades como foi descrito em “espaço programado como público”, assim como o controle de acesso e as normas de conduta do comportamento humano que continuam fazendo parte das Gestões Públicas incidentes sobre os espaços livres. Pelas várias questões que a temática “pública” suscita com a “privada”, retomaremos essas questões no item 1.3 desse capítulo. Mas fica a ressalva que “A garantia de espaços livres no modelo urbano não é garantia de espaço de uso público.” (MAGNOLI, 1982, p. 100).

Os espaços até aqui abordados, sejam livres ou edificados, públicos ou privados, constituem, juntos ou não, uma paisagem. A paisagem é aqui entendida como um fragmento do Espaço que seja abarcado pela visão, porém não é certo compreender o espaço como a soma da paisagem. Pois mesmo que a paisagem seja determinada pela resultante dos objetos e ações, dos quais o espaço é decorrente, ambos possuem a sociedade como determinante; sendo assim, a paisagem carrega consigo um certo grau de estagnação, mesmo sem ser parada, enquanto que o espaço carrega uma essência de constante processo.

O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. (SANTOS, 1997b, p. 72).

A paisagem, que no meio artístico é representada por pinturas e fotografias, possui como uma de suas variações a questão de escala, pois conforme o campo de visão ou distância do(s) objeto(s), sua percepção mudará, e conseqüentemente a paisagem será outra. Essa paisagem, que muitas vezes está para a população relacionada com elementos naturais, perde cada vez mais esse saudosismo para uma composição repleta de elementos construídos pelo homem. Como exemplo disso, pode-se mencionar Paris com a Torre Eiffel, o Cristo Redentor no Rio de Janeiro, as pirâmides do Egito, e várias outras edificações emblemáticas onde o edificado pelo homem possui destaque na paisagem.

Se a paisagem é captada através da visão, então ela é sensitiva, ou melhor, a paisagem está diretamente influenciada pela percepção, seja ela individual ou coletiva. “A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos.” (SANTOS, 1997b, p. 62). Logo, se estivermos em um espaço público sem edificações formando uma paisagem repleta de elementos vegetais, mas que embaixo do solo exista uma edificação de alguns andares subterrâneos, será esse, realmente, um espaço livre? Nessa construção sim, pois deve-se considerar também a apreensão, pela população.

A paisagem, porém, é o registro dos processos culturais e técnicos que nos impressiona os sentidos e, como tal, instrumento valioso para desvendar o universo intrincado e por vezes indecifrável das razões, referências, convergências e conflitos que constituem a história do território. [...] Falar em paisagem é fazer referência, simultaneamente, ao urbano e ao não urbano, ao social e ao natural, a todas as feições do território construído e apropriado. (LEITE, 2006, p. 15).

Seria conflitante definir um espaço como sendo edificado se a população de forma geral compreendesse o mesmo espaço como sendo uma área livre. O mesmo ocorre com outras nomenclaturas; assim, “são utilizados os apelidos ‘parques’, ‘reservas’, ‘centros’, ‘clubes’, etc., com os quais são reconhecidos esses espaços livres”. (MAGNOLLI, 1982, p. 09).

Mesmo que seja pertinente essa forma de definição que leva em consideração a percepção humana, os vários espaços livres são também definidos por um conjunto de fatores como tamanho, cobertura vegetal, propriedade, usos, etc. Dentre os inúmeros espaços livres urbanos públicos, a “Praça” possui características especiais por conseguir atrair inúmeras relações ligadas aos Espaços Livres, tanto na escala de um parque público, quanto de um canteiro verde na malha urbana. Além disso, seu caráter público de praça caracteriza-o como espaço de práticas sociais, que se transformam ao longo do tempo, e que guardam uma certa condição de continuidade.

As transformações no tempo parecem acompanhar também suas definições conceituais, pois se em dado momento, chegou-se a definir uma praça como “[...] qualquer espaço vazio entre quatro ruas” (SITTE, 1992, p. 47), segundo uma visão higienista comentada por Camillo Sitte, rapidamente esse conceito se demonstrou insustentável, por não considerar a “vivacidade da vida pública nas praças livres” como comentado pelo mesmo autor mais adiante. Além disso, a questão da circulação será outro ponto que influenciará permanentemente a conceituação da praça.

Os espaços livres públicos a nível do cotidiano são privilegiados para circulação de veículos, mesmo quando estes são poucos, ou pouco frequentes, ou eventuais.
(MAGNOLI, 1982, p. 80).

Com isso, percebe-se que a circulação e a vida pública irão contribuir para as demais definições desse espaço. Saindo de uma visão mais generalista como “[...] unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana.” (LEITÃO, 2002, p. 21), e buscando uma definição mais complexa que abarque parte do grande

repertório de significados que esse espaço comporta, chega-se a: “[...] local revestido de particularidades, marcado pela circulação de veículos e de pedestres, pelos encontros, pelas manifestações coletivas e celebrações, entre outras possibilidades de uso.” (LINARDI, 2001, p. 21).

Apesar do caráter contemporâneo dessa última citação, Camillo Sitte, no final do século XIX, já trabalhava com uma interface de muitos desses aspectos, o que pode ser comprovado pela seguinte citação:

Hoje raramente utilizadas para grandes festas públicas, e cada vez menos para um uso cotidiano, elas servem, na maioria das vezes, a nenhum outro propósito além de garantir maior circulação de ar e luz, provocar uma certa interrupção na monotonia do oceano de moradias e, de qualquer maneira, garantir uma visão mais ampla sobre um edifício monumental, realçando seu efeito arquitetônico. (SITTE, 1992, p. 15-17).⁵

É numa visão mais contemporânea, considerando a forma de surgimento das cidades, as complexidades dos centros urbanos e a heterogeneidade existente nas praças, que Vladimir Bartalini define a praça da seguinte maneira:

As praças também nasceram de necessidades: de espaço para abrigar as atividades de troca e para a tomada de decisões coletivas; de endereço para os encontros, para as festividades; de um símbolo para a comunidade, enfim, de um “centro” facilmente acessível para a realização das mais variadas funções. (BARTALINI, 2007).

Essa definição perpassa a questão de circulação, centrando-se na vivência social, mais precisamente relacionada às atividades desenvolvidas pelos seus usuários. Afora isso, dois pontos chamam a atenção nessa definição; a questão simbólica

⁵ O texto original de Camillo Sitte é de 1889.

que a praça representa, e o entendimento dela como um “centro”. Dada a quantidade de praças existentes, somente poucas delas irão realmente possuir atribuições complexas semelhantes a um “centro”, porém o simbolismo que todas possuem é uma atribuição que vem sendo cada vez mais estudada no meio urbano.

Sobre enfoque semelhante, Eugenio Queiroga possui a seguinte definição para praça: “A praça é indissociável ao lugar, torna-se índice de civilidade e de qualidade de vida urbana. A praça é, ainda hoje, um lugar próprio para manifestações políticas, comemorações e protestos. Espaço carregado de simbologias, de memória do lugar; tanto pode afirmar o poder de instituições como pode ser lugar por excelência da crítica e do ato público, de contra-poder. Espaço público por excelência.” (QUEIROGA, 2004).

Apesar dos enfoques parecidos, Queiroga enaltece a questão do simbolismo e da memória, ampliando as atribuições sociais que o espaço carrega acrescentando a noção da qualidade de vida, que estava presente indiretamente nas percepções de praça. Nota-se que a produção social desse espaço começa a tomar força, pois além de um “centro”, esses lugares influenciam a relação de Poder no espaço.

Sobre o enfoque dos “espaços livres” que essa pesquisa percorre, Queiroga faz uso de outra definição de praça como “espaço livre da cidade, voltado essencialmente ao encontro público, um momento da esfera de vida pública.” (QUEIROGA, 2001, p. 55), ou segundo Ana Rita Sá Carneiro:

São espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos. (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 29).

A praça como espaço livre público onde as práticas sociais se realizam, carrega consigo as lembranças individuais ou coletivas de seus usuários. Esses fragmentos urbanos são compostos por uma heterogeneidade de percepções, formando espaços com cheiros, sons, formas, cores que se unificam, resultando em sua identidade.

[...] a percepção aparece como um intervalo entre ações e reações do organismo; algo como um “vazio” que se povoa de imagens, as quais, trabalhadas, assumirão a qualidade de signos da consciência. (BOSI, 2001, p. 44-45).

Com isso, a “identidade” da praça que permanece na lembrança está repleta de percepções, motivo pelo qual o desligamento deste binômio identidade-percepção comprometeria o entendimento desses espaços. Fazendo uma analogia, o cheiro da maresia, a brisa no rosto, o barulho das ondas, a areia em contato com os pés, são todas percepções associadas às praias, em que mesmo sem visualizar a paisagem, pode-se perceber onde se está.

Assim, a praça e seus elementos constituintes passam a fazer parte da memória de seus usuários, ou seja, se transformam em elementos da memória. Memória essa que parece fadada a desaparecer, pela velocidade das transformações urbanas e a valorização do novo em contraposição ao passado.⁶

Como Glauco Campello descreve, “A questão é como ligar o novo ao antigo e retomar um processo de continuidade. [...] A partir da memória dos sentidos e da tradição, e não apenas da memória da história, poder-se-ia retomar a legitimidade desse processo, não copiando ou refazendo os objetos do passado, mas continuando a inventá-los.” (CAMPELLO, 1994, p. 119).

No que diz respeito à perpetuação ou não da tradição, a história e a memória dos elementos projetados e de seu entorno, os agentes transformadores e reguladores do espaço são efetivamente os principais juízes que irão resguardar

⁶ Pode-se verificar hoje em dia nas práticas urbanas, que é mais comum a implementação de novas praças do que a restauração e conservação das mesmas.

ou negligenciar a existência dos elementos de memória e de história. Esses agentes são formados pelos projetistas⁷, pelos financiadores das obras, e os órgãos públicos que atuam na regularização do espaço. Nota-se que em tempos passados, práticas de transformações urbanas tidas como equivocadas não deixaram de existir, a exemplo da valorização das novas edificações concomitante com o desprezo pelos elementos existentes, ou seja, sua própria história.

Cabe discernir entre a memória e a história, conceitos distintos que possuem os fatos antigos, ou passados, como uma de suas principais finalidades.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (NORA, 1993, p. 09).

Seja por meio de registro documental, ou das “sociedades de memórias”⁸, o fator tempo é intrínseco à caracterização das praças. E esse registro feito pelo homem não é mecânico, ou seja, carrega as lembranças fruto de percepções individuais e coletivas, onde a identidade desse espaço seria comum a grupos sociais, sendo assim reconhecido coletivamente. Sobre isso, Maria Linardi comenta:

Se é possível afirmar que o indivíduo, mediante o uso de registros contidos na memória, é capaz de localizar-se em um determinado contexto e referenciar-se por esses

⁷ Sejam arquitetos, engenheiros, mestres-de-obra, ou qualquer outro segmento que transforme o espaço físico.

⁸ Termo utilizado por Pierre Nora (NORA, 1993).

parâmetros, podemos ainda entender que um conjunto de indivíduos tem como exteriorizar ainda tal manifestação de forma global: nesse sentido, ocorrem manifestações da presença da memória coletiva. (LINARDI, 2001, p. 14-15).

A praça se torna lugar de memória e história, não destituído de marcas do passado, assim como o próprio espaço definido por Milton Santos, ao compreendê-lo como instância social. A praça, como bem público transformado pelos seus usuários deve ser entendida como patrimônio, um patrimônio coletivo cuja preservação e melhoria tornam-se anseios da população.

O entendimento da praça como patrimônio transcende o entendimento de jardim histórico proclamado pela Carta de Florença, principalmente pela presença do “elemento verde” anunciada como fundamental. Segundo a carta, “O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, portanto, vivo, e como tal, perceptível e renovável”. (CURY, 2000).

Segundo Geraldo Gomes, afora os monumentos de cunho comemorativo ou de homenagens, “Um outro tipo de monumento é aquele que não foi feito com os objetivos referidos, mas foi classificado como monumento *a posteriori* por seu valor histórico, documental ou artístico.” (GOMES, 2008, p. 225). Essa abordagem também apresenta complementaridade com a definição da praça como patrimônio, pois apesar de algumas delas possuírem elementos comemorativos, que podem ou não ser de grande relevância, a grande maioria dos surgimentos das praças não decorreu da celebração de algum momento, mas seus reconhecimentos e importâncias se dão para a sociedade através do tempo, e das manifestações nelas ocorridas.

A praça como monumento viria a dosar a utilização dos espaços urbanos localizados em sua vizinhança, reconhecendo o valor que esses espaços carregam para a sociedade, assim como já vem sendo regulado o entorno das edificações tombadas como patrimônio histórico e artístico. Assim, a privatização dos espaços no entorno das praças deveria ser melhor discutida, para preservar um bem coletivo, que perpassará a sociedade vigente.

Ao definir a praça como monumento, a questão cultural ressurge, pois também está atrelada à memória e à história do povo. No entendimento de Josué de Castro, “A paisagem cultural é, segundo ele, uma paisagem natural humanizada que cristaliza a correlação da paisagem natural com o organismo urbano que é a cidade...” (SÁ CARNEIRO, 2005, p. 52). Assim, a paisagem urbana é uma paisagem cultural em sentido amplo.

1.2 A produção do espaço, a área central e os espaços livres na estrutura urbana

A investigação sobre o meio urbano implica a compreensão de fatores intrínsecos à produção do espaço, que resulta invariavelmente na análise mais detalhada sobre a produção capitalista. Esse capítulo discorrerá sobre os espaços livres e a localização central, contribuindo ainda para o repertório teórico-conceitual, além de incipientes abordagens sobre determinadas características da produção capitalista do espaço, visando compreender um pouco de sua “natureza”, pois são condições que influenciam o meio urbano.

Dentre alguns “macrofatores” que influenciam o espaço urbano, a dinâmica exercida na reprodução do Capital é, na contemporaneidade, um dos mais importantes, o que não é de se estranhar, pois o cerne do surgimento e desenvolvimento da maioria das cidades foram as relações comerciais. Demonstra-se com isso que, mesmo sendo um transformador das práticas urbanas contemporâneas, os tempos precedentes não estavam alheios às consequências físicas da reprodução do Capital, ou seja, tal dinâmica foi constantemente influenciadora dos processos urbanos.

No desenvolvimento econômico surge um conjunto de agentes que potencializam a produção e o consumo humano; assim, essa condição humana enaltece a relação de Poder que esses agentes possuem. No sistema capitalista vigente, onde os fins comerciais são enaltecidos, os agentes econômicos proprietários dos meios de produção transformam o espaço físico segundo interesses próprios. Dado esse fato, não tarda a entender a competição existente entre ruas, bairros,

idades, regiões e países, pois quase tudo que tem valor vira um produto a ser negociado segundo sua capacidade competitiva. E como a escala de competitividade é ampla, não se tratando apenas de indivíduos e empresas, as atenções recaem no Estado, até mesmo porque é difícil imaginar uma organização sem uma estrutura regulatória.

O Estado torna-se a principal instituição de condução e produção da dinâmica urbana. Ao ser reconhecido pelo povo como entidade responsável pelo controle e organização social, o Estado torna-se a instituição de maior poder em seu território. Apesar disso, existem movimentos contrários que defendem a restrição do intervencionismo estatal, como a doutrina econômica neoliberal, que proclama a liberdade de mercado através da livre circulação de capitais.⁹

Não só no campo econômico a ausência do Estado é proclamada; essa visão foi, e em parte ainda continua sendo, uma percepção que se faz pelo poder de transformação que os agentes privados detêm, sendo na verdade, mais fortes do que muitos organismos públicos. A transformação de pequenos municípios em favor de interesses privados exercidos por grandes grupos empresariais, é um exemplo clássico dessa realidade. Ao mesmo tempo, a privatização de empresas estatais é outra forma de enfraquecimento do próprio Estado¹⁰.

O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado. Nessas condições, o neoliberalismo não se aplica aos objetos, mas apenas às ações que os objetos inovadores tornam mais fluidas e certeiras. (SANTOS, 1994, p. 78).

Isso se deve ao processo de globalização, que permitiu às grandes corporações produzirem seus produtos em diversas partes do mundo, buscando a redução de custos. Porém, sob um discurso de melhoria da população que se encontrava em

⁹ Diga-se como nota que a livre circulação de capitais demonstra uma relação antagônica com o protecionismo existente. Pois, ao passo que se deseja a expansão extra-territorial, não se permite a entrada de tudo e de todos.

¹⁰ A prática de se desfazer dos bens públicos não representa uma real vontade do interesse coletivo.

avançado estágio de pobreza, foi constatada a perversidade da exploração humana para diminuição dos custos em benefício da ampliação dos lucros.

Nas condições da economia atual, é praticamente inexistente um lugar em que toda a produção local seja localmente consumida ou vice-versa, em que todo o consumo local é provido por uma produção local. (SANTOS, 1994, p. 65).

A “crise” econômica veiculada nesse início do século sinaliza para um quadro bastante realista, ao se cogitar ou assistir uma crise econômica de dimensões globais. Em tal contexto, verifica-se a expectativa generalizada sobre a intervenção estatal, o que vem a demonstrar que o enfraquecimento do Estado não é uma realidade.

A ideia de que, na era da globalização, o Estado-Nação está encolhendo ou desaparecendo como centro de autoridade é uma tolice. De fato, desvia-se a atenção do fato de que o Estado-Nação está agora mais dedicado do que nunca a criar um adequado ambiente de negócios para os investimentos, o que significa, precisamente, controlar e reprimir os movimentos trabalhistas [...].
(HARVEY, 2006, p. 29).

A intervenção estatal terminou por incentivar o modelo em voga, atuando no fortalecimento da produção e do consumo, e o *Laissez-Faire* inicialmente desejado pelo mercado não é de todo alcançado nem tolhido.

O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo.
(HARVEY, 2006, p. 84).

Com isso, parece levar-se a crer que os problemas sociais são delegados a segundo plano, não existindo real vontade política da sua melhoria. Pode-se demonstrar essa hipótese nos mais diversos contextos, e, atualmente, o caos da circulação de veículos é um interessante exemplo. Mesmo com uma “crise” econômica, os preços dos produtos não foram reduzidos, e o Estado agiu investindo nessa área, facilitando o financiamento e reduzindo certas taxações, estimulando ainda mais o consumo. Logo, isso leva a crer que o estímulo à produção, seja de automóveis, habitação, etc., não irá significar uma elevação do acesso a novos produtos, por parte da maioria da população. Sendo assim, esta prática pode significar aumento ou permanência de empregos, que não necessariamente signifique melhoria da qualidade de vida.

Por outro lado, o investimento para venda de automóveis é estimulado, ao passo que o caos urbano provocado pelo excesso de veículos individuais é persistentemente criticado pelos planejadores e a própria população. Já os transportes coletivos são constantemente mais onerosos e menos funcionais.

O planejamento emerge aqui como uma “forma” da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a aparência de conflitos inter-regionais; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado [...]. (OLIVEIRA, 2008, p. 149).

Essa citação corrobora o entendimento de que não existe o planejamento neutro, como muitos ainda acreditam. Muito pelo contrário, cada vez mais é observada a submissão dos planejadores aos imperativos do mercado, o que demonstra um certo retrocesso em relação aos produtos dos “planejadores”¹¹ que vinham sendo elaborados, a partir das preocupações em resolver os reais problemas das

¹¹ Apesar de propostas urbanísticas existentes anteriormente, Françoise Choay descreve: “[...] pensadores que, durante todo o curso do século XIX, de Owen e Carlyle a Ruskin e Morris, de Fourier e Cabet a Proudhon, Marx e Engels, preocuparam-se com o problema da cidade, aliás sem dissociá-lo nunca de um questionamento sobre a estrutura e o significado da relação social.” (CHOAY, 2003, p. 03).

idades, tanto de infraestrutura quanto das relações sociais. Parece que a técnica e a lucratividade transformaram-se em objetos e objetivos.

O espaço compreendido dentre os limites territoriais-administrativos dos Estados corresponde a sua região de influência principal, onde suas “formas” de planejamento são executadas. Segundo uma definição não geográfica de “região”, mas perfeitamente cabível nesse diálogo, Francisco de Oliveira define:

Uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. (OLIVEIRA, 2008, p. 148).

Esses espaços socioeconômicos onde atuam varias formas de capital, têm na geografia um determinante de relações. Tanto a geografia do território quanto as relações internas e externas irão influenciar o capital, pois a circulação, segundo uma ótica marxista, se afigura como processo essencial do capital, pois esse é um processo entre produção e realização.

A busca de uma circulação do capital sem barreiras e em pouco tempo é um objetivo latente; isso porque o prolongamento do tempo de circulação vai gerar demora de retorno do investimento, enquanto o transporte, seja das matérias-primas ou da mão-de-obra, resultará em maiores gastos.

A ‘anulação do espaço pelo tempo’ se realiza, nesse caso, pela localização ‘racional’ das atividades, umas em relação às outras, a fim de reduzir, em particular, os custos de movimentação dos produtos intermediários.
(HARVEY, 2006, p. 52).

As grandes cidades e seus núcleos centrais vão exercer dessa forma soberania em relação à região rural e dos pequenos núcleos que a elas estejam relacionadas, pois, segundo Francisco de Oliveira, “vai ser nas cidades que se localizarão tanto os aparelhos que fazem a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias quanto os aparelhos de Estado” (OLIVEIRA, 1982, p. 37).

A composição e as características geográficas – como localização, território, recursos naturais, etc. – irão contribuir para o fortalecimento de uma geopolítica resultante do poder fortalecido politicamente pelos fatores geográficos. As estratégias de desenvolvimento adotadas, tendo como base os fatores geográficos, irão direcionar o posicionamento hierárquico dos núcleos populacionais em uma rede urbana, formada por um certo padrão de comportamento relacional dos núcleos urbanos.

No bojo do processo de urbanização a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente. Via rede urbana e a crescente rede de comunicações a ela vinculada, distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial. (CORREIA, 1989, p. 05).

Importante salientar que a gênese da “área central” não perde suas características ao integrar um complexo arranjo espacial. As áreas centrais continuaram a exercer suas atribuições e permaneceram sujeitas às competitividades entre elas. Isso posto, perpetua-se o modelo de exploração, “os centros exploram as periferias, a metrópole explora sua hinterlândia, o Primeiro Mundo domina e explora impiedosamente o Terceiro Mundo, etc.” (HARVEY, 2006, p. 124).

Será nas cidades e em localizações territoriais “privilegiadas”¹² que mais se sentirá o valor da propriedade privada – essa base do sistema capitalista. O uso do solo torna-se ainda mais especulativo, e terá nos centros urbanos o maior exemplo de sua prática.

Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas. (SERPA, 2007, p. 21).

O Estado, na qualidade de representante dos interesses coletivos, deve prover bens públicos e infraestruturas sociais e físicas. Mas quando essas possíveis melhorias ocorrem, tendem a provocar a valorização do solo, diminuindo o acesso e permanência da população de menores condições financeiras, privilegiando com isso determinados grupos de classes.

O espaço livre é um dos melhores exemplos para se analisar esse conjunto de relações que se estabelecem. Sua melhoria não ocorre de forma homogênea e seu acesso não é universal. Seu acesso depara-se com o controle do lugar, ou seja, a propriedade e a regularização dessa, e a acessibilidade espacial. Essa acessibilidade na escala urbana assume uma maior complexidade, pois se relaciona a um conjunto de fatores, como o valor desprendido no transporte, o tempo gasto no deslocamento do percurso, o trajeto para se chegar e o aporte de infraestrutura.

O espaço livre assume várias atribuições nesse complexo espaço urbano, da especulação e potencialidade intrínseca, enquanto espaço “desativado”, à valorização e melhoria da qualidade de vida. A forma de apropriação, tanto do domínio do lugar, quanto da prática exercida nele, será indutora das práticas

¹² Entende-se a “localização privilegiada”, com impacto no valor da terra, como sendo as áreas próximas a pontos turísticos, reservas naturais, reservas minerais, dentre outras atratividades territoriais em que se possam almejar maiores lucros financeiros.

sociais coletivas, que deveriam ser estimuladas das mais diversas formas pelo poder público.

O espaço sempre foi o *locus* da produção, e com a existência humana, esse espaço é transformado permanentemente, haja vista que o homem é por natureza ativo; a produção e o consumo fazem parte da condição humana.

O espaço transformado e consumido pelo homem, dificilmente poderia ser igual e homogêneo, ou melhor, não poderia ter as mesmas características. Essas características, formadas por fatores exógenos e endógenos, o transformam permanentemente. Com isso, as relações que se estabelecem pelo homem incidente nos “lugares” é que vão impulsionar suas atribuições, pois o “lugar” sem um conjunto de relações não existe.

“Cada lugar, ademais tem, a cada momento, um papel próprio no processo produtivo. Este, como se sabe, é formado de produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo.” (SANTOS, 1997a, p. 03). Assim, “O mais pequeno lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares de onde lhe vêm matéria-prima, capital, mão-de-obra, recursos diversos e ordens.” (SANTOS, 1997a, p. 13).

O lugar onde a praça ou outro espaço público semelhante está localizado no espaço torna-se capital, pois cada vez mais a localização é um fator determinante nas dinâmicas mundiais. Mesmo sendo fruto de relações complementares como a dinâmica exercida e conduzida pela e para a sociedade, os espaços livres públicos localizados nos centros urbanos metropolitanos, tendem a potencializar relações duradouras na sociedade que utiliza esses espaços e atingem um público bem mais amplo e diversificado.

Um lugar, como uma padaria, por exemplo, é formado por alguns objetos e ações que caracterizam esse lugar como tal. Assim, o lugar pode ser o mesmo, mas suas “localizações” nunca, apesar das distintas padarias que possam existir. A

localização é formada pela situação em que determinado objeto ou lugar encontrar-se no espaço, utilizando-se de referências. Por usualmente o “lugar” ser sinônimo de “lugar no espaço”, a distinção entre lugar e localização torna-se confusa.

A produção dos objetos urbanos só pode ser entendida e explicada se forem consideradas suas localizações. A localização é, ela própria, também um produto do trabalho e é ela que especifica o espaço intra-urbano.

(VILLAÇA, 2001, p. 24).

“Cada lugar, pois, se caracteriza por um certo arranjo de variáveis, arranjo espacialmente localizado e, de certa maneira, espacialmente determinado. Esta é uma das formas como os lugares se distinguem uns dos outros.” (SANTOS, 1997a, p. 77). Com isso, os lugares são distintos, apesar de poderem possuir variáveis em comum. As variáveis, ou melhor, as atribuições para com a sociedade, fazem com que cada ponto do espaço torne-se importante, e seu valor, será definido pelos próprios valores que a sociedade sustenta.

Os lugares e as relações intrínsecas que eles possuem com os demais, remete à relação de totalidade que permeia o espaço. Essa relação segue uma organização, ou seja, “conjunto de normas que regem as relações de cada variável com as demais, dentro e fora de uma área” (SANTOS, 1997a, p. 13), e subentende-se a existência de uma “estruturação”, onde todos os elementos estão relacionados, e a alteração de um objeto ou das relações que o envolvem, transforma de alguma forma os demais, segundo uma visão articulada e de conjunto. “Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção.” (SANTOS, 1997a, p. 50).

Milton Santos comenta que, “se chamarmos de organização espacial, estrutura espacial, organização do espaço, estrutura territorial ou simplesmente espaço, só a denominação é que muda” (SANTOS, 1997b, p. 25). Deve ficar claro que essa afirmação possui respaldo em uma concepção mais generalista da natureza do espaço, e quando acrescido da nomenclatura “urbano”, deve-se compreender um

conjunto de relações que os núcleos urbanos desenvolvem com unicidade em suas naturezas distintas.

Estrutura urbana entendida aqui, diz respeito ao conjunto de elementos estruturais que fornecem suporte necessário para a vida urbana, e sua melhoria é condição necessária para a melhoria do bem estar da população usuária. Essa 'estrutura', é composta por um conjunto de sistemas e elementos que reagem segundo uma força de deslocamento que atua no espaço urbano, ou seja, sua dinâmica urbana.

São considerados elementos dessas estruturas o centro principal da metrópole (a maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior aglomeração de comércio e serviços), os subcentros de comércio e serviços (aglomerações diversificadas de comércio e serviço, réplicas menores do centro principal), os bairros residenciais [...]. Entretanto, consideramos ser a primeira mais importante, pois inclui, incorpora e subjuga as demais, mais do que o contrário, embora não possa existir sem elas. (VILLAÇA, 2001, p. 12).

Se a localização é fator de suma importância no espaço, suas distinções também o são; porém, são altamente complexas e infindáveis, pois o conjunto de referenciais possíveis de serem utilizados são os mais diversos, e permitem combinações múltiplas. Mas, dentre as infinitudes de "pontos" que o espaço possui, o "centro", certamente é uma localização determinante e compreendida pela população.

O centro é em si um elemento estruturante, seja num desenho ou em qualquer elemento ou ações que nele reaja. No meio urbano ele transpassa o tempo, pois desde a concepção, ou mesmo em seu planejamento, o "centro" é sempre levado em conta. Roberto Lobato Corrêa define o seguinte:

De fato, a Área Central constitui-se no foco principal não apenas da cidade mas também de sua hinterlândia. Nela

concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos. Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização.

(CORRÊA, 1993, p. 38).

Deve-se manter uma certa cautela em relação à citação exposta, pois ao ser generalista, ela provavelmente não será confirmada em todos os centros urbanos. Isso porque dada às transformações a que eles estão sujeitos, não é um caso raro o deslocamento de toda uma atividade que outrora estivesse implantada na área central.

A área central assume realmente ao longo do tempo um papel principal, como pode ser confirmado por Flávio Villaça: “Há milênios, do Antigo Egito ao México pré-colombiano, da Idade Média à metrópole capitalista contemporânea, os centros das cidades são constituídos por instituições de comando da sociedade, ou seja, pelas elites.” (VILLAÇA, 2004, p. 21).

Porém, a definição do que vem a constituir esse centro urbano parece não ter sido resolvida pelos casos apresentados, pois estão sendo comentados alguns dos elementos que o “centro” possui, e isso não o define na íntegra. Assim, tendo uma definição mais semelhante com a presente pesquisa, Heliana Comin, define:

Os centros das cidades têm sido identificados como o lugar mais dinâmico da vida urbana, animado pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrente da marcante presença das atividades terciárias¹³, transformando-se no referencial simbólico das cidades. (VARGAS, 2006, p. 01).

¹³ Em nota da autora ela descreve: “Atividades terciárias são aquelas que incluem o comércio e os serviços varejistas, incluindo serviços de educação, de lazer, financeiros, de hospedagem, etc.”

Roberto Lobato Corrêa, complementando sua concepção de “área central”, faz um comentário sobre uma “setorização” dessa área que é interessante compreender, pois será pelo fruto de dinâmica e percepções parecidas que se chegará à conhecida distinção entre centro e periferia. A saber:

O processo de centralização, ao estabelecer a Área Central, configurou-a de modo segmentado, com dois setores: de um lado o núcleo central (*core*, Central Business District, ou CBD) e, de outro, a zona periférica do centro (*frame, zone in transition*, zona de obsolescência). (CORRÊA, 1993, p. 40).

Entender a área central como composta por duas regiões muito distintas, que é o núcleo central e a zona periférica, pode ser suficiente para análises de centros urbanos com escala muito reduzida. Mas essa não é a realidade dos estudos desenvolvidos sobre os centros urbanos; muito pelo contrário, a compreensão da área central se faz mais pelo entendimento das dinâmicas exercidas em todo o território do que pela clássica distinção entre centro e periferia, empregada nesse caso na área central.

A análise das dinâmicas urbanas na perspectiva da área central leva muitas vezes a entender a cidade como constituída de vários centros. Esses podem ser constituídos pelo centro comercial, centro financeiro, centro religioso, centro residencial, dentre outros. Porém, se for tentar-se confrontar com a gênese da área central, essa conceituação torna-se equivocada, pois esses centros são polos de atividades que assumem na contemporaneidade grande importância na competitividade global. Flávio Villaça, a respeito disso, descreve que de forma geral, está se falando de dois conceitos:

Um é identificado por instituições de comando da sociedade; o outro, é conceitual e territorialmente mais amplo [...]. É válido inferir-se que os primeiros (os vários centros institucionais) se localizariam muito próximos uns dos outros e que, em seu conjunto – incluindo as moradias das classes mais abastadas -, constituiriam o centro. Este último, mais

amplo, seria mais propriamente designado por área central e seria o centro principal – e nesse sentido único – da cidade.” (VILLAÇA, 2004, p. 23).

O “centro principal” tem equivalência com o centro histórico da cidade, onde constitui-se em importante conjunto de elementos, com funções históricas e memórias para a sociedade como um todo. E, segundo Raquel Rolnik:

[...] numa definição preliminar, as áreas urbanas centrais compreendem um bairro ou um conjunto de bairros consolidados, articulados ou não em torno do núcleo original da cidade, com forte poder de concentração de atividades e pessoas dotadas de infra-estrutura urbana, acervo edificado, serviços e equipamentos públicos, serviços de vizinhança e oportunidades de trabalho. (ROLNIK, 2005, p. 10,12).

As análises sobre o centro urbano, ou os vários centros que possam existir, dizem respeito à noção de “centralidade”, onde não existe apenas uma como na área central. Pode-se cogitar, como François Ascher afirmou, que “a centralidade única foi detonada em razão do zoneamento e da centralidade múltipla” (ASCHER, 2001, p. 63).

As centralidades são comumente formadas por funções especializadas, não um *mix* de atividades como as encontradas nas áreas centrais, apesar dessas áreas especializadas atraírem outras atividades complementares. Elas possuem uma dinâmica de deslocamento, que o centro não possui; porém, podem apresentar uma certa estabilidade, por exemplo, na formação de centralidades periféricas.

A centralidade periférica tende a possuir maior fixação no território quando essa assume muitas das funções de uma área central, pois a área central tradicional encontra-se distante da periferia urbana, o que corrobora que “alguns centros comerciais periféricos das aglomerações provavelmente gerarão centros metropolitanos secundários” (ASCHER, 2001, p. 67), segundo uma visão futurista do processo de desenvolvimento urbano em curso.

Esse deslocamento que as centralidades possam apresentar é impulsionado pela atuação conjugada de dois tipos de intervenções: “intervenções que não são físicas – econômicas, sócias, culturais; e intervenções que são mais físicas, e inevitavelmente acabam fazendo-se através de projeto.” (PORTAS, 2001, p. 121). Assim, segundo o mesmo autor, o maior desafio à administração da cidade é jogar com políticas extensivas e projetos.

Por fim, Nuno Portas mostra uma visão diferenciada do processo de transformações urbanas, ponto de vista esse que parece confrontar a ideia de que através de intervenções urbanas pontuais poderia-se atingir uma melhoria mais expansiva. Sob essa perspectiva, as centralidades provocam uma concorrência dentro do próprio tecido urbano, e agrava-se pela mesma ter a participação e consentimento do Poder Público.

Então, ou há uma estratégia explícita, consensual, metropolitana ou conurbana, ou há uma estratégia, ditada pelos mercados ou pelo oportunismo político, no sentido das oportunidades. E será certamente uma competição desigual. (PORTAS, 2001, p. 126).

Para concluir esse capítulo, retomamos a questão dos espaços livres públicos, pois além da diversidade tipológica, morfológica e funcional que esses espaços possam ter, sua localização no espaço urbano é essencial, pelo aqui exposto. Seja em um centro principal, em novas centralidades ou em demais localidades, a relação que será estabelecida para com esses espaços tomará dimensões distintas.

A hipótese é de que os espaços livres públicos localizados nas áreas centrais das metrópoles assumem um papel transformador na dinâmica metropolitana. Com isso, devem-se repensar as estratégias de utilização na estrutura urbana na qual se inserem. O destaque aqui não é generalista para todos os espaços livres inseridos na área central ou em seu centro expandido, mas de um ou alguns que assumam efetivamente uma “força” de transformação abrangente na estrutura urbana metropolitana.

Independentemente das novas centralidades que possam existir, o centro principal ainda carrega um poder de ímã¹⁴, o que pode ser confirmado pelas práticas contemporâneas de novas utilizações dos centros ou de suas bordas. Porém, a área compreendida apenas por esse centro principal há muito foi superada, o que leva à análise do centro expandido como espaço territorial onde as práticas centrais são exercidas.

1.3 Espaços públicos, espaços privados e apropriações em curso

Dando continuidade à compreensão dos espaços livres, esse capítulo abordará o último ponto da fundamentação teórico-conceitual que consiste na diferenciação entre o Público e o Privado. De fundamental importância nas análises sobre o espaço urbano, as esferas públicas e privadas são fatores determinantes para as manifestações humanas nos espaços físicos.

Assumindo uma visão superficial, poderia-se dizer que esse assunto já está superado diante das teorias que se fizeram, teorias essas que permearam várias áreas do conhecimento. Mas se observarmos com atenção, as discussões a respeito do público e do privado não saíram das pautas mais contemporâneas, e como exemplo, ocorreram em 2007 dois grandes eventos internacionais da área de arquitetura e urbanismo: A Trienal de Arquitectura de Lisboa; e a 7ª Bienal Internacional de Arquitectura em São Paulo. Se o primeiro enfocou principalmente os vazios urbanos, e as várias implicações relacionadas à situação locacional desses vazios, o segundo se propôs a discutir especificamente as relações entre o público e o privado. Além desses eventos, vários grupos de pesquisas nacionais e internacionais se detêm à contínua análise dessa abordagem, juntamente com seus espaços correlacionados, o que demonstra a preocupação com as transformações a que esses espaços estão sujeitos e suas implicações na dinâmica urbana.

¹⁴ Nomenclatura utilizada por Nuno Portas, com efeito semelhante às definições de “âncoras”, em se tratando do meio urbano.

De fato, o domínio da propriedade é uma questão que direciona a relação de Poder existente, fazendo parte então de uma estratégia e um modelo político. Ao constituir instrumento e meio de produção, bem como uma das maiores riquezas existentes, o domínio da propriedade torna-se inicialmente o divisor de duas correntes políticas; uma que busca o domínio da propriedade por parte do Estado, pois esta encontra-se concentrada nas mãos da minoria, e outra caracterizada pelo domínio privado da propriedade. Conforme descrito no capítulo anterior, vai existir um conjunto de ações relacionadas à diminuição ou ao aumento do poder estatal, que passa invariavelmente pela privatização e estatização dos bens. Isso porque a apropriação tem influência direta sobre o rumo da sociedade, caracterizado por um declínio da esfera pública ou acentuada publicização.

A questão da propriedade, que foi bastante enfatizada a partir de 1848 com o Manifesto Comunista, continua em plena pauta contemporânea, até mesmo porque as alterações do sistema vigente passam por uma intensa transformação em curto espaço de tempo, como pode ser confirmado pelas atuais reformas da Constituição boliviana, que visa implementar conceitos de propriedade social, coletiva e pública, sem eliminar a propriedade privada. Além disso, várias outras mudanças a respeito das propriedades vêm sendo praticadas, ou esperadas, como a política interna de Cuba, China e o rumo da América Latina com uma frente de esquerda em ascensão.

No âmbito urbano, além de existir uma gama de aspectos jurídicos atribuídos às duas esferas, adicionado a inúmeras questões de legalidade, ou não, dos lugares e atividades, presenciamos o poderio avassalador das intervenções urbanas e concomitantes mudanças na dinâmica local. Essas intervenções são influenciadas sobremaneira pela localização, tamanho e propriedade, além de um amplo leque de oportunidades que esses espaços podem utilizar. Os locais passíveis das grandes intervenções eram primordialmente espaços de domínio público e sem edificações, onde a “mão” forte do Estado se fazia sempre presente, mas com o passar do tempo, a escolha desses lugares tornou-se tão diversificada quanto a heterogeneidade das próprias cidades. Assim, passam a ser atrativos outros locais, como: grandes pátios industriais abandonados, locais ignorados, ausentes, inesperados, e que mudaram de uso durante a vida.

Esses espaços incipientes chamados por vezes de “não-lugares” são hoje palco de grandes projetos imobiliários que alteram profundamente a paisagem e a dinâmica das cidades, ou são temporariamente espaços de especulação imobiliária. Muitos desses espaços não atendem a “função social” do local no qual estão inseridos, ou não correspondem às expectativas de seu contexto, este influenciado diretamente por setores da sociedade.

Por um lado, são mais valorizadas as localizações capazes de gerar as maiores densidades e intensidades de ocupação; por outro, valorizam-se os espaços altamente diferenciados ou exclusivos. (ROLNIK, 1999, p. 101).

Analisando as intervenções urbanas e as práticas de políticas públicas, verifica-se que é cada vez mais constante a interação público-privado. Com isso, as Parcerias Público-Privadas (P.P.P.) e as formas arquitetônicas, ou mesmo urbanísticas, são questões interessantes para se discutir as novas interpretações e usos da vida pública. No repertório arquitetônico encontrado nos centros urbanos podem ser verificadas algumas “quebras” de limites entre o público e o privado, ou melhor, entre o acesso público e o bem privado, chegando a provocar ao transeunte uma falsa impressão enquanto espaço de acesso livre. Como exemplo podem ser citadas construções como o Museu de Arte de São Paulo (MASP), que possui em seu espaço térreo uma continuação do passeio público, caracterizando um espaço comum a todos, mesmo que seu acesso às obras de arte possa não ser. Outro tipo de exemplo de mesma natureza é encontrado em alguns condomínios fechados, onde tenta-se qualificar espaços privados de uso coletivo como se fossem espaços públicos.

Semelhante “deturpação” ocorre também em espaços públicos, que ao possuir seu acesso controlado, não permitindo o ingresso de todos a toda hora, transparecem ser mais um espaço privado do que público. Por isso, deve-se diferenciar aqui o espaço livre público do espaço que abriga departamentos públicos.

[...] falar de ‘prédios públicos’ não significa apenas que todos têm acesso a eles; eles nem sequer precisam estar liberados à frequência pública; eles simplesmente abrigam instituições de Estado e, como tais, são públicos.” (HABERMAS, 2003, p. 14).

Se geralmente a propriedade privada apresenta acesso restrito, a pública é entendida como o lugar em que o direito de ir e vir é garantido, mas não confundir com liberdade, pois esta sempre é relativa, e deturpada. Se entendermos que a liberdade do capital é a liberdade do comércio, da compra e venda, se o comércio cessa, não se terá mais liberdade. Já Hannah Arendt considera que: “A liberdade situa-se na esfera do social, e a força e a violência tornam-se monopólio do governo” e “ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outros e também não comandar.” (ARENDR, 2007, p. 40-41).

A ausência de limites territoriais do domínio da propriedade não é um procedimento novo, mas corresponde às novas formas de ação e práticas sociais que são cada vez mais complexas. Portanto, se analisarmos no percurso histórico, constatar-se-á que divisões de propriedades eram feitas com pedras ou outros elementos naturais, sem constituir uma barreira física, possibilitando um continuum paisagístico e representando, em vários casos, uma permeabilidade em que não importava muito se a propriedade era privada ou não. Porém, os núcleos mais populosos sentiram, principalmente através dos Códigos de Posturas, a necessidade da nítida demarcação do espaço público em relação ao privado.

Assim, o contraste entre o domínio público e o privado, já presente na cidade colonial, foi reforçado com a demarcação mais precisa dos limites entre a casa e a rua, enquanto o espaço das ruas se constituía em cenário para uma vida pública exclusiva. (ROLNIK, 1999, p. 35).

Já as Parcerias Público-Privadas, são no campo político uma estratégia de benefício mútuo de substancial impacto no meio físico, pois elas não se detêm em pequenos investimentos. Nessa modalidade, o Estado tende a captar investimentos privados liderando assim uma aliança entre os setores públicos e privados. Essa prática pode solucionar a escassez de recursos estatais a serem investidos socialmente, além de serem formas potencialmente criadoras de novas oportunidades imobiliárias. O leque de possibilidades resultantes dessa parceria é infindável, podendo efetivamente resultar em ações de melhoria generalizada do Estado, dos agentes privados e da própria sociedade.

Nessa falta de clareza da diferenciação entre o público e o privado, surge uma categoria entre ambas, que é a esfera social. Essa esfera fica perceptível quando questões até então de interesse privado, tornam-se públicas, e a esfera pública influencia e adentra os muros da esfera da vida privada. O conceito de “bem comum” mostra-se eficiente para demonstrar que existem interesses em comum além do interesse privado, e sem a manutenção do primeiro, o segundo pode ser comprometido.

O conceito medieval de bem comum, longe de indicar a existência de uma esfera política, reconhecia apenas que os indivíduos privados têm interesses materiais e espirituais em comum, e só podem conservar sua privacidade e cuidar de seus próprios negócios quando um deles se encarrega de zelar por esses interesses comuns. (ARENDR, 2007, p. 44).

Como lembra Hannah Arendt, o surgimento da cidade-estado grega significou a implantação de duas ordens de existência, uma relativa ao que lhe é próprio (a vida privada), e outra que é comum (pública). A dinâmica urbana decorrida demonstrava historicamente que a esfera pública era de principal importância, tanto que a Lei ateniense não permitia que um cidadão permanecesse com uma postura neutra, e punia com perda de cidadania aqueles que não quisessem tomar partido; igualmente os romanos, tinham a convicção de que viver era estar entre os homens, situação propiciada pela vida política, ou seja, pública. (ARENDR, 2007, p. 33). Essa definição vem a corroborar o entendimento, da

autora, do espaço como um espaço político, pois esse estava intimamente associado à vida pública.

Mesmo que a esfera pública estivesse com sua importância enaltecida pela política de transformação social que emanava, o espaço privado também era compreendido como importante na constituição da cidadania.

“[...] sem ser dono de sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo porque não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse.” (ARENDR, 2007, p. 39).
“[...] a propriedade significava nada mais nada menos que o indivíduo possuía seu lugar em determinada parte do mundo e portanto pertencia ao corpo político, isto é, chefiava uma das famílias que, no conjunto, constituíam a esfera pública.” (ARENDR, 2007, p. 71).

Se a esfera de vida pública se constituiu mais importante que a privada, o mesmo será estabelecido pelos espaços públicos, caracterizados pela permeabilidade social, possuindo um amplo e complexo poder de transformação, porque a sociedade¹⁵ transforma a cada momento o espaço que ela ocupa. Assim, a acessibilidade do espaço,

[...] não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, largos, shopping centers e prédios públicos. Se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo. (SERPA, 2007, p. 16).

¹⁵ “[...] sociedade é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada nação.” (ARENDR, 2007, p. 38).

Os espaços livres de edificações, destinados a lazer ou potencialmente utilizados para esse fim, trazem consigo uma série de mudanças no tecido urbano, e não por acaso eles são passíveis de investimento público e de política de embelezamento da cidade. Apesar de serem categorizados como um espaço de uso comum, eles não são distribuídos geograficamente de forma uniforme, concentrando-se longe dos bairros periféricos, acentuando cada vez mais a discrepância social.

Essa valorização imobiliária de determinadas áreas das cidades, principalmente as mais visíveis, ao passo que possibilita maiores lucros e retorno de investimentos para classes mais abastadas, quando, em sua minoria, ocorrem em lugares ocupados por classes populares, essas correm o risco de serem substituídas por um perfil de usuários com maior poder de compra. Essa alteração de usuários é vista sob dois aspectos: o primeiro que considera essa substituição da população como uma dinâmica comum do desenvolvimento urbano, e o segundo que entende essas transformações como práticas discriminatórias de expulsão da população residente. A respeito deste segundo aspecto, é complicado classificar como excludente a saída de antigos moradores, pois esses obtiveram lucro com a valorização imobiliária; logo, é importante enxergarmos além dos aspectos físicos e econômicos demonstrados claramente.

Dentre os fatores “implícitos” das transformações urbanas, o isolamento forçado da população talvez seja um dos mais significativos na contemporaneidade. Ângelo Serpa (2007, p. 32) fala de uma “morte dos espaços públicos” atribuída ao isolamento dos moradores de baixa renda e à dominação dos automóveis e do comércio informal nas áreas centrais da cidade. Esse isolamento de grande parcela da população pode ser atribuído a um conjunto de fatores, como os altos impostos de moradia, forçando a migração para áreas mais afastadas, o que necessariamente implicará em maiores custos de deslocamento para frequentar os antigos espaços e trabalhos. Essa fragmentação do tecido sociopolítico espacial e a formação dos enclaves territoriais geram inevitavelmente um impacto muito maior no meio urbano.

Se viver numa polis significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força e da violência, estamos vivendo uma nova conjuntura, pois a violência está sendo a característica das grandes cidades brasileiras.

Para finalizar, é importante ficar claro que as potencialidades transformadoras que existem nos espaços livres públicos estão relacionadas com a vivência popular que eles propiciam, o que leva esse bem público a fornecer livre acesso. Esses espaços são locais de sociabilidade, pois as vidas que os animam se manifestam socialmente e politicamente.

[...] muitos estudiosos têm classificado os espaços públicos urbanos como espaços da manifestação da esfera pública, da vida pública, da realização da cidadania, atribuindo dessa forma à materialidade daqueles espaços uma realização sociopolítica [...]. (ABRAHÃO, 2008, p. 23).

Vale destacar que a proclamada perda da esfera pública do ambiente não é fato, pois o que pode ocorrer é a perda do patrimônio, e, se considerarmos que os ambientes sempre carregam uma fração de sua antítese, a “territorialização do espaço”, como comentado por Ângelo Serpa (2007, p. 36), onde o espaço público seria caracterizado por uma justaposição de espaços privatizados, seria apenas uma característica que estaria sobressaltada, ou sendo transformada.

Além disso, deve-se considerar que os espaços livres públicos são passíveis de normas de conduta e controle, as quais devem ser aplicadas com naturalidade. Dessa maneira, os possíveis controles sobre os espaços livres públicos não representam uma deturpação da esfera pública.

CAPÍTULO 2

Os espaços Livres na evolução urbana do Recife

2.1 Os espaços livres na estrutura urbana do Recife

As pesquisas brasileiras sobre os espaços livres abarcam cada vez mais novos interesses, saindo do meio acadêmico, onde inicialmente estavam concentradas, e atingindo os mais diversos segmentos. Dentre elas, pode-se, a título de leitura, perceber duas distintas formas de trabalho com essa temática, que são: o estudo do repertório teórico-conceitual e o levantamento físico desses espaços.

No caso da cidade do Recife, onde o universo de amostras para esta pesquisa encontra-se implantado, a pesquisa sobre os espaços livres foi estudada e difundida sobretudo pelo Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco e pela Diretoria de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da cidade. Aliam-se a isso outros grupos de pesquisadores relacionados com a Prefeitura da Cidade e com a UFPE.

Recife hoje apresenta uma média de 30% do seu território ocupado por espaços livres públicos¹⁶. Iremos analisar nesse momento quais são esses espaços e o que esses espaços livres representam na dinâmica da cidade. Dizer apenas que correspondem a quase um terço da área territorial, pode não ter grande significação, se não os classificarmos, pois, se outrora a cidade foi conhecida como a “Veneza brasileira”, será que a grande maioria desses espaços não são aqueles ocupados por rios e canais? Isso poderia representar uma certa qualidade de vida associada entre uma metrópole adensada e um meio natural. Ou ainda, poderiam esses 30% ser representados por grandes conjuntos de avenidas asfaltadas, nas quais a importância dada ao meio de locomoção automobilístico seria maior que o enfoque da qualidade de vida?

A ideia de fornecer uma certa quantidade de área verde para cada habitante da cidade é interessante ao demonstrar preocupação na melhoria da qualidade de vida, e proferindo uma atribuição social aos elementos vegetativos, ou solo natural. Nesse caso, não se entra no mérito se esse é de domínio público ou privado. Por outro lado, as “cidades procuram, a todo custo, aumentar esse

¹⁶ (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 08).

índice, colocando todo e qualquer espaço não construído como área verde, muitas vezes considerando até a projeção das copas de árvores sobre a calçada.” (NUCCI, 1998, p. 279).

Dada a discrepância existente na distribuição das áreas verdes, não tem muito sentido falar de um percentual por habitante, pois as melhorias que possam ocasionar estarão relacionadas com os moradores vizinhos a elas, o que terá certa correspondência com a classe social. Isso porque as áreas verdes tendem a atrair interesses imobiliários, elevando o preço da terra. Quanto aos espaços públicos de sociabilização, também não existe correspondência direta com a qualidade de vida, se grande parte dessa “reserva” estiver concentrada e distante da população.

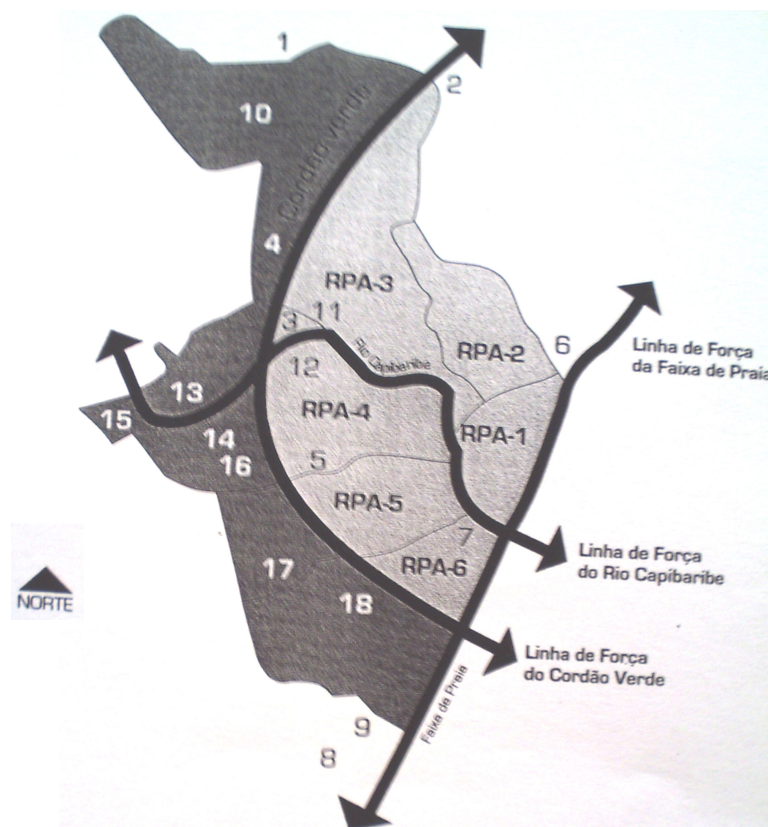
Apesar dos aterros ocorridos na história do Recife, a cidade continua conhecida pelo seu território cortado e banhado pelo meio aquático - seja pelos seus rios, canais, mangues, praia, dentre outros. Mais de 500 km é a extensão de contato com a água¹⁷, e como mostrado no início desse trabalho, não se trata de uma morfologia estreita e paralela ao mar.

Nas análises dos “Espaços livres do Recife”, as atenções recaem sobre as Unidades de Conservação e os demais espaços livres na estruturação da paisagem do Recife. Apesar de serem poucas, em comparação a outros espaços livres públicos, as Unidades de Conservação representam aproximadamente 88% de todos os espaços livres públicos da cidade, abarcando cerca de 30% da área do município.

Unidades de conservação: são porções do território nacional, de domínio público ou privado, incluindo áreas territoriais com características naturais de relevante valor ambiental, cultural, paisagístico – mata, corpos d’água, mangue, restinga – sob regimes especiais de administração e controle. (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 27).

¹⁷ (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 13).

Segundo essa visão, das Unidades de Conservação e os demais espaços livres na estruturação da paisagem do Recife, essas áreas são verdadeiros “pulmões” verdes; “definidas como ilhas remanescentes do sítio natural, sugerem o desenvolvimento de corredores verdes estruturadores, que se identificam como linhas de força na paisagem, à medida que se percorre a cidade, fazendo sua leitura [...]” (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 14). Assim, o município teria três Linhas de Força [Fig. 10]. A primeira formada pela faixa de praia, na porção Leste do território; a segunda pelo Rio Capibaribe, no sentido Leste-Oeste; e a terceira que representa o “Cordão Verde”, que “é reforçado pela maioria dos parques metropolitanos e pelas Unidades de Conservação da cidade, com significativa cobertura vegetal.” (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 17).



PARQUES

1. Parq. do Timbó
2. Parq. do Janga
3. Parq. Capibaribe
4. Parq. Dois Irmãos
5. Parq. do Jiquiá
6. Parq. Salgadinho
7. Parq. Encanta Moça

8. Parq. Lagoa Olho d'água
9. Parq. Nacional Histórico dos Guararapes

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

10. Guabiraba / Pau Ferro
11. Açude de Apipucos
12. Iputinga / Apipucos

13. Matas da Várzea
14. Matas da Várzea / Curado
15. Mata do Círculo Militar
16. Jardim Bot. do Curado
17. Mata do Barro
18. Engenho Uchoa

Fig. 53 Mapa das linhas de força. Imagem do Recife e mapa com linhas de força; as 6 RPAs (Regiões Político-Administrativas); e demais pontos descritos na legenda.

Complementando a ideia dessas linhas de força, os rios, para a cidade do Recife, possuem importância equiparada a vetores de desenvolvimento, pois tanto as comunidades se instalaram em suas margens de forma dispersa, quanto as mesmas margens serviram, e ainda servem, de vista para os mais abastados.¹⁸ Entre eles, se destacam os rios Capibaribe, Beberibe, Tejipió, Jiquiá e o Jordão.

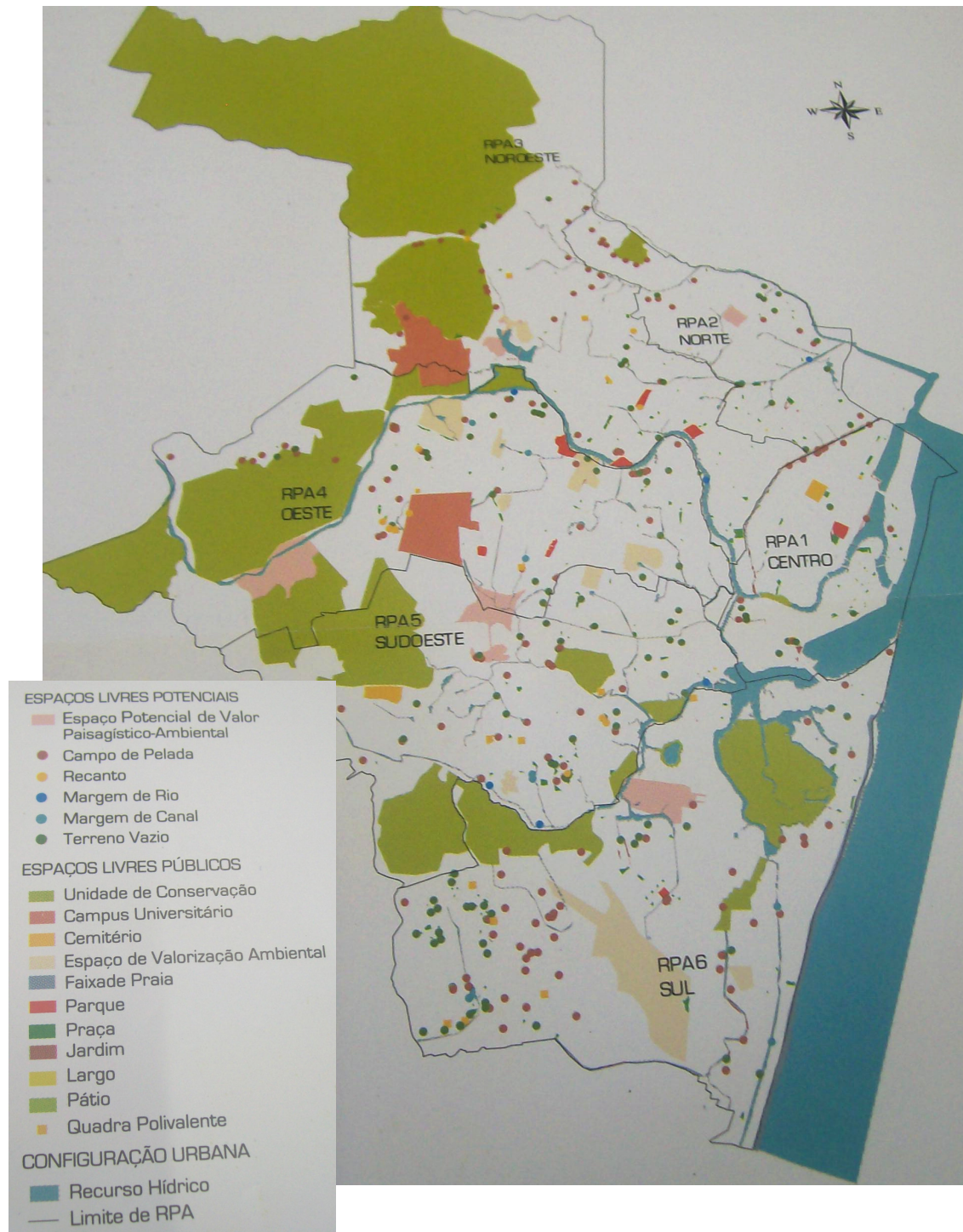


Fig. 54 Vários usos próximos das margens dos rios. Avenida Beira Rio, Rua da Aurora, e palafitas.

Tendo sido desconsiderados no levantamento os espaços livres destinados à circulação, a pesquisa identificou 629 espaços livres, sendo 318 classificados como espaços livres públicos e 311 como espaços livres potenciais. Seja recantos, campos de pelada, espaços potenciais de valor paisagístico-ambiental, terrenos vazios ou margens de rios e canais, os “espaços livres potenciais”,

[...] públicos ou privados, abrangem aquelas áreas com possibilidades de uso futuro para a recreação ou momentaneamente dispendo de instalações de recreação em caráter incipiente, que servem como indicadores de necessidade de criação de espaços públicos, e contribuem para evitar invasão. São espaços livres disponíveis na malha urbana que não são mantidos pelo poder público e poderão ser utilizados para implementar e dar coerência à distribuição dos sistemas de espaços livres, sendo que, em alguns casos, apesar do uso informal estabelecido, não têm quaisquer instalações. (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 29).

¹⁸ A prática urbana recente tem demonstrado que, cada vez mais, o segundo exemplo predomina sobre o primeiro, pois, ao passo que as “limpezas” urbanas retiram as comunidades carentes das principais margens dos rios, a valorização imobiliária nesses mesmos locais é avassaladora.



RPA	Públicos		Potenciais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	54	16,98	22	7,07	76	12,08
2	26	8,18	33	10,61	59	9,38
3	53	16,67	39	12,54	92	14,63
4	52	16,35	71	22,83	123	19,55
5	54	16,98	56	18,01	110	17,49
6	79	24,84	90	28,94	169	26,87
Total	318	100,00	311	100,00	629	100,00

Fig. 55 Espaços livres do Recife. Mapa com quadro dos Espaços Livres Públicos e Espaços Livres Potenciais divididos por RPA (Região Político-Administrativa).

Nesse estudo: “Definem-se os espaços livres, no contexto da estrutura urbana, como áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou de vegetação – avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos, etc. – ou com presença efetiva de vegetação – parques, praças, jardins, etc.” (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 24).

Como já referido, os espaços livres carregam vários aspectos de abordagem, muitos dos quais de difícil mensuração. Portanto, a quantificação dos espaços livres não possibilita grandes conclusões, pois suas localizações, dimensões, coberturas e utilização, são fatores que em conjunto, apresentariam uma melhor contribuição para o planejamento da cidade. Como simples exemplo: se um bairro possui 10 espaços livres, seria melhor, em termos distributivos e acessíveis, que esses estivessem localizados de forma homogênea no território, e não que ficassem todos juntos.

Pode-se ver a seguir [Fig. 13 e 14], a distribuição e a quantificação dos espaços livres do Recife, tanto em relação aos espaços livres públicos quanto aos espaços livres potenciais. Nos quadros que se seguem, estão distribuídos segundo as Regiões Político-Administrativas (RPAs), que no caso do Recife, são 6.

Tipo	RPA							Total	
	1 Nº	2 Nº	3 Nº	4 Nº	5 Nº	6 Nº	Nº	%	
Faixa de praia	0	0	0	0	0	1	1	0,31	
Parque	1	0	3	3	0	1	8	2,52	
Praça	32	21	33	33	39	61	219	68,87	
Jardim	8	2	5	3	1	5	24	7,55	
Largo	1	2	2	0	1	0	6	1,89	
Pátio	8	0	1	1	0	0	10	3,14	
Quadra polivalente	1	0	2	2	2	6	13	4,09	
Cemitério	2	0	1	1	2	0	6	1,89	
Campus universitário	0	0	1	1	0	0	2	0,63	
Espaço de valorização ambiental	0	0	2	4	2	2	10	3,14	
Unidade de conservação	1	1	3	4	6	4	19	5,97	
Total	54	26	53	52	53	80	318	100,00	

Fig. 56 Tipologias dos espaços livres públicos por RPA.

Pelo exposto, fica evidente que muitas das implantações dos espaços livres públicos possuem relação direta com o processo de evolução urbana da cidade; assim, a RPA 1, que abarca o fragmento urbano mais antigo e simbólico da cidade, é a localização da maioria dos pátios levantados, e não possui campus universitário. É flagrante também o grande número de praças, em relação aos demais espaços livres, e um fator positivo é que, com poucas exceções, elas estão distribuídas equilibradamente.

Tipo	RPA							Total	
	1	2	3	4	5	6	Nº	%	
Espaço potencial de valor paisagístico ambiental	2	1	1	1	1	1	7	2,25	
Campo de pelada	12	18	26	35	21	49	161	51,77	
Recanto	0	0	3	4	3	0	10	3,22	
Margem de rio	0	1	0	2	3	1	7	2,25	
Margem de canal	0	1	0	4	2	3	10	3,22	
Terreno vazio	8	12	9	25	26	36	116	37,30	
Total	22	33	39	71	56	90	311	100,00	

Fig. 57 Tipologias dos espaços livres potenciais por RPA.

Quanto aos espaços livres potenciais, é válido fazer alguns comentários em relação à RPA-1: mesmo que essa seja representada pelo núcleo tradicional da cidade, pode-se observar que apresenta 12 campos de pelada e 8 terrenos vazios, o que confronta com esse tecido urbano tido como bastante adensado. Por outro lado, o estudo considerou a existência de “recantos”, o que é extremamente válido, pois eles são muitas vezes mal incorporados nas pesquisas, pois no meio urbano aparecem espaços diminutos compostos, por vezes, por uma árvore e um banco com uma placa informando o nome da praça. Considerá-los como uma classificação específica é por demais justo, para não comprometer a natureza da pesquisa, porém, nesse caso da RPA-1, não foi apresentado nenhum exemplar, o que provoca certa estranheza.

Como descrito anteriormente, a área ocupada por esses espaços livres é outro elemento complementar para análises, e, no caso do Recife, pode-se observar, no quadro que se segue, que as Unidades de Conservação correspondem a 88,14% dos espaços livres públicos, o que confronta com a grande quantidade de praças que só representam 0,85% da área desses espaços livres, apesar de

serem 219 unidades. Ou seja, é importante o diálogo entre a localização, a quantificação e a dimensão dos espaços livres, para melhor qualificar as informações.

Tipo	Área dos espaços livres públicos			
	Quantidade		Área	
	Nº	%	m ²	%
Faixa de praia	1	0,31	574.800,00	0,77
Parque	8	2,52	429.693,51	0,57
Praça	219	68,87	635.586,16	0,85
Jardim	24	7,55	121.497,14	0,16
Largo	6	1,89	13.684,84	0,02
Pátio	10	3,14	13.583,83	0,02
Quadra polivalente	13	4,09	5.850,00	0,01
Cemitério	6	1,89	328.554,00	0,44
Campus universitário	2	0,63	3.252.986,00	4,34
Espaços de valorização ambiental	10	3,14	3.511.322,07	4,69
Unidade de conservação	20	6,29	66.041.800,00	88,14
Total	318	100,00	74.929.357,55	100,00
Área da cidade do Recife (m ²)			220.000.000,00	10,00
Área dos espaços livres públicos (m ²)			74.929.357,55	34,06

Fig. 58 Área dos espaços livres públicos.

Tendo buscado fornecer, a título de conhecimento, um panorama geral dos espaços livres implantados no Recife, esse capítulo ajudou também no aprofundamento da questão da “estruturação urbana pelos espaços livres do Recife”, uma vez que a pesquisa “Espaços livres do Recife” abordou a estruturação da paisagem da mesma cidade. Sobre esse enfoque, foi comentado que pela existência da “paisagem natural [...] em quase toda a extensão da cidade, isso sugere a necessidade de sua integração com os espaços livres criados, a fim de que funcionem articulados com a totalidade dos elementos da estrutura urbana” (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 14-15).

Dada a abrangência das análises que são suscitadas, esse assunto será retomado mais adiante, com enfoque restrito à área central da cidade.

2.2 Intervenções urbanas e os espaços livres da área central do Recife

Este capítulo se dedica a analisar algumas propostas de intervenções urbanas ocorridas na cidade do Recife e que ainda exercem influência nas práticas sociais. Dentre os projetos com ampla escala de cobertura, destacam-se: o Plano de Revitalização do Bairro do Recife e o Projeto Complexo Turístico Cultural Recife - Olinda. Os projetos a serem analisados, segundo a perspectiva dos espaços livres, ocorreram a partir dos anos 90 e foram introduzidos pelo poder público visando melhorar as deteriorações de determinados espaços urbanos. Além das propostas de impacto físico, pretendeu-se criar uma conscientização de valorização do patrimônio.

Dado o fato de que essas propostas provocam profundo impacto na estrutura urbana ao induzir determinadas dinâmicas, tanto no centro histórico quanto no centro expandido da cidade, é fundamental compreendê-las e verificar as atenções que dedicam aos espaços livres de uso público, pois representam forte indicador de um real ganho para toda a sociedade.

O Plano de Revitalização do Bairro do Recife

Os Bairros do Recife, Boa Vista, Santo Antônio e São José, representam o centro histórico da cidade, onde os primeiros fragmentos da evolução urbana do século XVI tornaram-se mais relevantes, decorrentes do elevado adensamento ocorrido na área. Dentre esses bairros, o Bairro do Recife constitui-se em uma ilha, ligada ao continente por quatro pontes, que vem a constituir um elemento importante da identidade da cidade, pois os cursos d'água sempre foram uma presença constante de seu território.

Segundo o Censo do Recife, de 1910 a 1991, a população residente no bairro caiu de 13.204 para 566 habitantes. Considerando a pouca oferta de habitação familiar, a presença do Porto e toda a estrutura correlata, os vários segmentos

comerciais e de serviços, é possível que boa parte da população residente estaria predominantemente concentrada em uma favela existente na região, o que diferencia esse núcleo histórico de vários outros, pois nesse caso, não se trata de um bairro residencial e histórico.

O Plano de revitalização iniciou-se com a intenção do Governo do Estado de Pernambuco em potencializar o turismo na cidade do Recife. Como a área central da cidade já era objeto de interesse da Prefeitura, não tardou para que existissem atividades compartilhadas entre as duas esferas públicas. Dado o significado histórico que esse bairro representa, ficou claro para o poder público que as propostas de melhoria das áreas degradadas não poderiam ser apenas resultantes de um plano focado no turismo, como cogitado anteriormente. Assim, buscou-se elaborar um plano com enfoque na revitalização e no fortalecimento da cultura local, onde a atração turística teria um papel secundário.

Após a conclusão do Plano, as metas que foram estabelecidas auxiliaram os trabalhos futuros do Governo do Estado e da própria Prefeitura. Foram definidos principalmente os seguintes objetivos: transformar a economia do Bairro do Recife no sentido de torná-lo um centro metropolitano regional; tornar o Bairro do Recife um espaço de lazer e diversão para toda a população da cidade; e tornar o Bairro do Recife um centro de atração turística nacional e internacional. (ZANCHETTI, 1998, p. 03).

Em termos de regulação sobre o uso e ocupação do solo, o bairro foi dividido em três setores, delimitados em função de diferenças morfológicas, estilísticas e volumétricas, a saber: Setor de Intervenção Controlada; Setor de Renovação Urbana; e Setor de Consolidação Urbana.

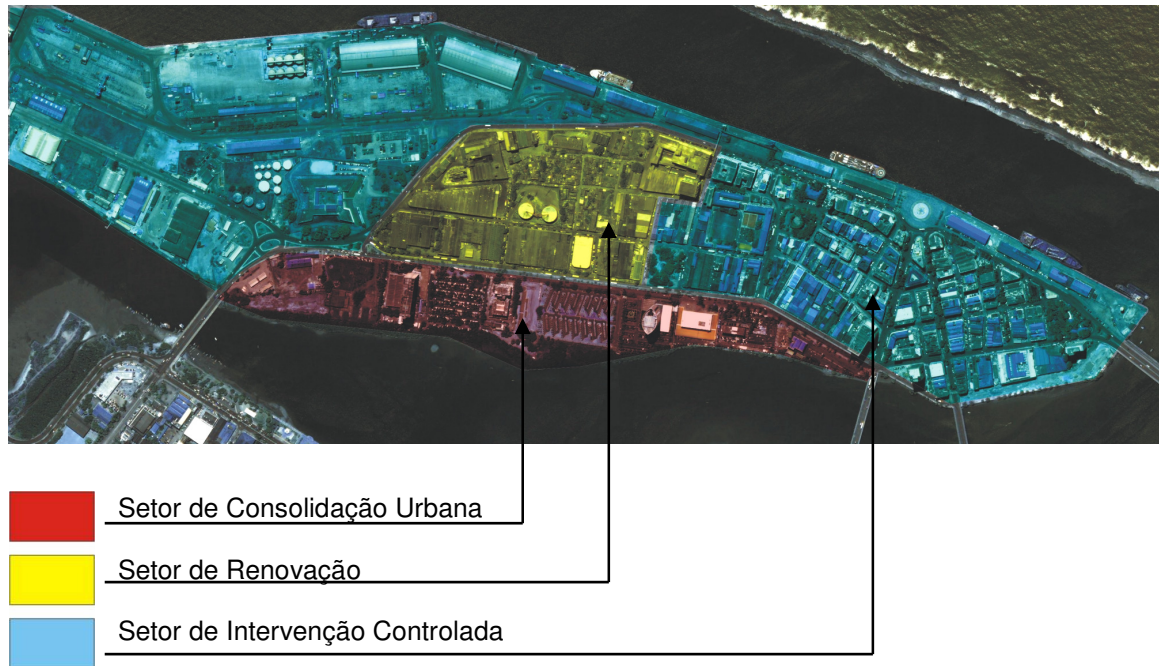


Fig. 59 Setorização do Bairro do Recife.

O Setor de Intervenção Controlada é compreendido pelo Porto e por um conjunto edificado de valor cultural reconhecido. O objetivo fundamental seria garantir padrões de intervenção que promovessem a valorização do acervo existente, considerando a conservação do mesmo.

É importante considerar que essa composição morfológica, formada por uma área de Porto, com inúmeros espaços livres e com edificações industriais, e outra área caracterizada por forte adensamento de edificações ecléticas, provocam uma dissonância em relação a ambos os espaços. Com isso, no caso do Porto, o Plano, à medida que protegeria essa área da especulação imobiliária, colocaria uma ênfase muito grande na permanência da atividade portuária. No mesmo exemplo, é salutar a utilização de parâmetros relacionados à composição dos “cheios e vazios” para compor a paisagem do lugar, pois através de um plano de massa, relacionado com os elementos já existentes, se ordenariam as novas construções para que se integrassem harmonicamente com a paisagem existente.

O Setor de Renovação Urbana, localizado entre os outros dois setores, apresenta edificações ligadas à atividade industrial e fragmentos espalhados de elementos a serem preservados. Teria como objetivos a renovação e recuperação de áreas ociosas e subutilizadas, induzindo uma nova ideia de conjunto edificado.

Segundo a ótica dos espaços livres, destaca-se um objetivo específico do Plano de Revitalização, que é: “Incentivar a adoção de novos padrões urbanísticos que ofereçam mais e melhores espaços integrados ao convívio público.” (ZANCHETTI, 1998, p. 72).

Por último, o Setor de Consolidação é um espaço linear, localizado às margens do Rio Capibaribe, com elevado potencial construtivo e baixa taxa de ocupação. Composto exclusivamente por instituições públicas e seus estacionamentos ao ar livre, teve como objetivo a ampliação da oferta de áreas de lazer público e regulação dos estacionamentos, já que todo o acesso a essa gleba é restrito.

Essa incorporação do território por atrativos de lazer, auxiliaria a atração de empreendimentos habitacionais, além do ganho de qualidade de vida para toda a população. Tal objetivo é inclusive considerado nas Diretrizes Normativas Básicas, que estabelece a preservação de 40% de solo natural e 15% de solo destinado a vias de acessos.

Além desses setores, que tratam muito mais das questões de regularização, foram criados os Polos de Interesses que orientam o formato da gestão, como irradiadores das ações de revitalização nos setores identificados, a saber:

O Polo do Bom Jesus e Alfândega, no Setor de Intervenção Controlada, que visa implementar a revitalização dos principais edifícios e estabelecer um percurso cultural.

O Polo Pilar, coincidente com o Setor de Renovação Urbana, buscaria, entre outras coisas, a ampliação da oferta de áreas destinadas ao convívio público.

O Polo Capibaribe, que visaria promover parcerias institucionais para ampliação da oferta de áreas de lazer no Setor de Consolidação.

O Polo Arrecifes, que busca também a ampliação da oferta de áreas de lazer, no molhe de proteção do porto.

Em suma, o Bairro do Recife e seus Setores possuem ampla potencialidade de provimento de espaços públicos a serem utilizados pela população. Porém, o interesse mercadológico falou mais alto, pois iniciativas complexas foram desenvolvidas pelos poderes público e privado, mas o “público pelo público” não foi visto. Ou seja, a abertura dos espaços públicos para diálogo com a margem do rio, concretizando um espaço de lazer público, não foi implementada. Assim, o píer será construído pela iniciativa privada com a melhoria da condição de vida dos moradores das favelas, apesar de algumas melhorias no espaço público e a construção do Parque de Esculturas nos arrecifes.



Fig. 60 Bairro do Recife. Fachadas restauradas da Rua do Bom Jesus, e a feirinha aos domingos.

Após a análise dos processos propostos no Plano, pode-se constatar que a melhor estratégia para dinamizar e viabilizar uma revitalização econômica dos sítios históricos implicaria na ideia de transcender os limites das cidades de Recife e Olinda, surgindo o Complexo Turístico Cultural Recife / Olinda, com o objetivo geral de oferecer propostas e instrumentos para promover a integração do planejamento e gestão territorial com a gestão das atividades turístico-

culturais, na região que compreende os núcleos históricos de Recife e Olinda e seus eixos de conexão.

Para subsidiar esse objetivo, os produtos propostos são divididos em: Indicativos de Gestão (papéis dos agentes e formas de cooperação); Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo (usos e atividades / indicativo de regulação); e Ações Prioritárias (formas de integração e intervenções recomendadas).

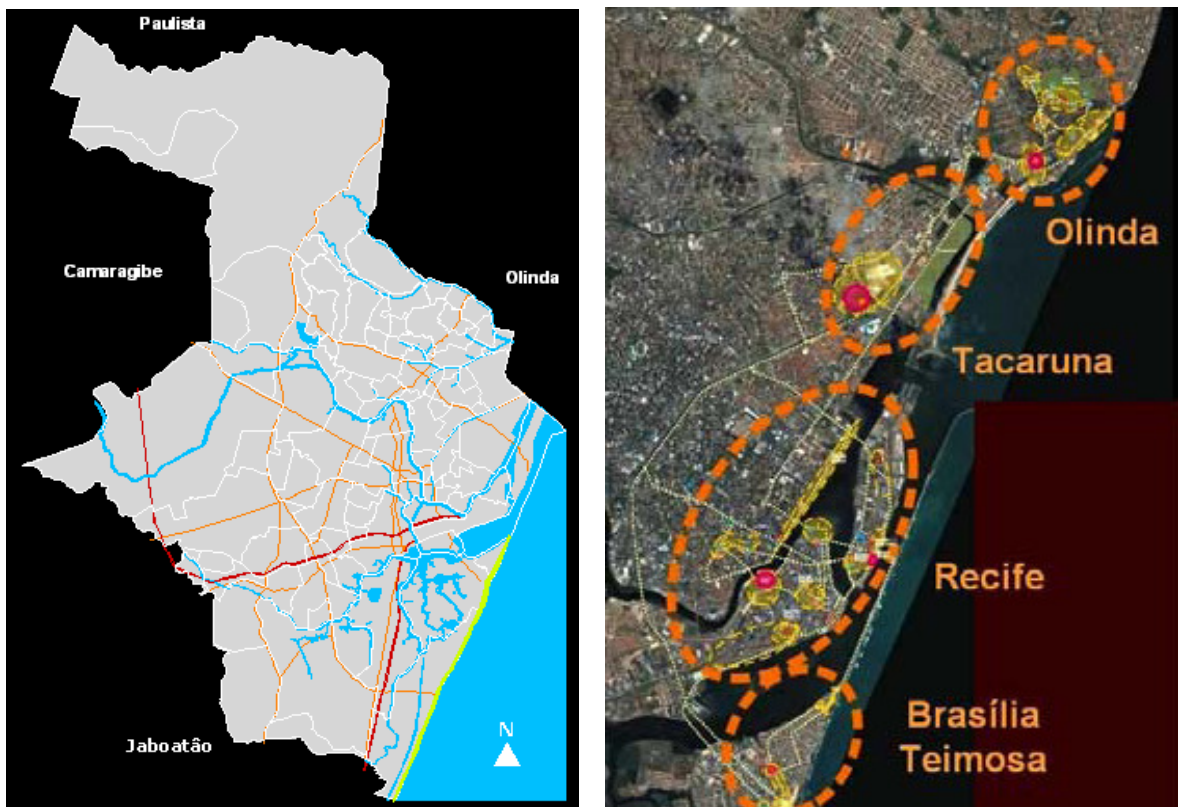


Fig. 61 Planta do Recife. Mapa do Recife com os municípios vizinhos, e localização dos espaços de referência do Plano.

Para que um projeto de tamanha envergadura como esse pudesse fluir sem provocar deturpações de entendimento, foi necessário para todos os organismos envolvidos o esclarecimento e conhecimento dos conceitos fundamentais inerentes ao projeto, como: Territórios culturais, Patrimônio cultural, Bens culturais de natureza material e imaterial, Bens culturais de caráter imaterial, Cultura erudita e popular, dentre outros, além do reconhecimento dos mais significativos elementos culturais (tombados ou não).

Assim como já enfatizado por Regina Meyer (2004), as atuais dinâmicas urbanas, necessitam por vezes compreender as variações dos repertórios conceituais, para que fiquem claros os processos que decorreram. Além dos conceitos, os condicionantes foram importantes para uma etapa introdutória, pois necessitava-se compreender o papel da região no desenvolvimento da Região Metropolitana e do próprio município.

Como breve caracterização da região em questão pode-se mencionar que: os territórios analisados não tinham a delimitação do perímetro como uma preocupação; em apenas 2 km existe uma brutal variação dos padrões de ocupação; vários elementos dinamizadores provenientes de investimentos privados (Centro Comercial Paço Alfândega, Shopping Tacaruna, Shopping Boa Vista e Grandes equipamentos de varejo); Investimentos e programas governamentais; Elementos dinamizadores provenientes de parcerias P.P. (Projeto Reviver Recife Centro, Projeto Luz e Tecnologia, Mirante Caixa d'água); além de algumas obras realizadas, como a recuperação da Casa da Cultura, Teatro Santa Izabel, Construção do Fórum e Estação Central do Metrô.



Fig. 62 Istmo de Recife e Olinda. Imagem mostrando a variação entre as cidades. Acima, a cidade de Olinda com a vista da cidade do Recife ao fundo; abaixo e a esquerda, parte do trecho de orla entre os municípios. A imagem da direita é do Recife.

As orientações para as Diretrizes e Proposições foram formuladas a partir da estratégia de intervenção do setor público, com ênfase na esfera municipal, mas conectada particularmente com a esfera metropolitana. Com isso se formulou um Esquema de Proposições Integradas para orientar as proposições futuras e para que dessa forma não existam propostas desarticuladas. Esse Esquema é formado por três pilares fundamentais: a Gestão, as Ações Prioritárias e o Uso e Ocupação do Solo.

Nas Diretrizes para a Gestão, definiu-se que o Programa deveria envolver uma gama de atores sociais e econômicos, além de ser acessível aos cidadãos locais, somado à formação de uma rede para construir uma forte identidade para divulgar os resultados encontrados.

Já nas Diretrizes de Indicativos e Ações Estratégicas, apontou-se para o estímulo à diversificação de comércio e serviços e à implantação de moradia; o redimensionamento descentralizado da programação de atividades culturais e de lazer; e estudos de aplicação de IPTU progressivo e definição do mercado de moradia.

Por último, nas Diretrizes de Uso e Atividades, traçaram-se linhas estratégicas de caráter geral na identificação de potenciais e estímulo à inserção e consolidação de usos e atividades desejáveis, com destaque para a Região de conflito no entorno de Shopping Tacaruna e o Cais José Estelita.

Foi constatado que o Cais José Estelita [circulado em vermelho na figura que segue] tem o maior potencial construtivo do município, pois nunca despertou interesses ao longo do tempo, mas corresponde a uma área de grande interesse imobiliário. Hoje esse potencial é discutido principalmente pela desativação das ferrovias concomitante aos interesses do poder privado. Apesar das transformações nessa área serem incipientes, já se confirma que as mesmas possuem grande impacto na região, como repercutido nas duas torres de apartamentos em construção [circulado em preto].



Fig. 63 Vista dos bairros São José, Santo Antônio e Bairro do Recife.

Analisando as diretrizes e proposições do Projeto Recife-Olinda, à luz da bibliografia utilizada, destaca-se a configuração da região e as localidades principais de intervenção no Projeto. O conceito de *Terrain Vague* definido por SOLÀ-MORALES (2002) é perfeitamente cabível nesse contexto urbano, formado por área portuária com perspectiva de desativação [circulado em verde na figura anterior], área ferroviária obsoleta [circulada em vermelho], área composta por galpões [circulada em amarelo], além de inúmeros terrenos em mudança de uso e as áreas de borda dos rios.

Essa conceituação transita pela possibilidade de resguardar a memória de passado nos espaços remanescentes, e que são considerados obsoletos pelas novas dinâmicas urbanas.

Atento às potencialidades dessas áreas, o Projeto desenvolveu diretrizes de ações prioritárias que resultaram em indicativos de realização de operação urbana envolvendo todo o Território Tacaruna e região do Cais José Estelita. Para tanto foi elaborado um plano de massa tendo em vista a capacidade de adensamento da região, como pode ser observado a seguir. Fruto disso, foi proposto um adensamento escalonado, para melhor visualização do *skyline*.

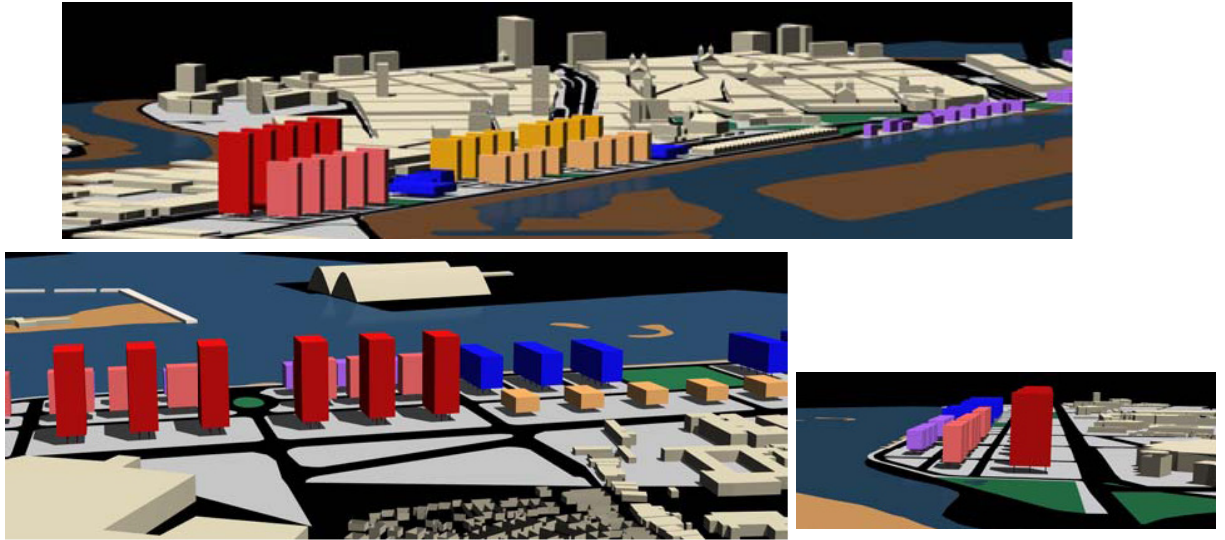


Fig. 64 Plano de massa proposto pelo Projeto.

O Projeto conseguiu desenvolver com profundidade uma metodologia de análise e de projeto bem fundamentados, atingindo vários objetivos, e conseguiu a interação dos mais diversos atores, inclusive entre municípios e outras esferas de Poder Público. O caráter de continuidade e objetivos de longo prazo correspondem às dinâmicas que a própria cidade possui e refletem a realidade da impossibilidade da construção de um grande projeto urbano em curto espaço de tempo. Essa maneira de se pensar o desenvolvimento é bem sensata, pois possibilita analisar melhor os impactos sobre seu raio de abrangência.



Fig. 65 Outro Plano de massa proposto pelo Projeto.

Apesar das inúmeras qualidades, os projetistas consultores, os mesmos do Parque Expo de Lisboa, propuseram soluções pouco elaboradas frente às potencialidades encontradas, e só demonstraram princípios reguladores para um potencial construtivo.

A crítica que SOLÀ-MORALES (2002) faz a respeito das contínuas transformações radicais que são exercidas em um *Terrain Vague* continuam vigorando na atualidade. Mas será que deixar terrenos obsoletos em uma malha dinâmica de um centro urbano corresponderia aos almejos da maioria?

Pode-se dizer que no caso do Recife, as funções ferroviárias sempre foram exercidas de costas para a cidade, e rodeadas de muros. Logo, as conjeturas para utilização dessas áreas deveriam ser de integração com o tecido existente, e ao menos ter o cuidado para não se criar mais uma região segregada. Porém, a formação de uma área segregada e dirigida para as classes sociais mais privilegiadas já está sendo confirmada.

Deve-se ter em mente que sucessivos *Terrain Vague* possivelmente terão um poder de deterioração das regiões vizinhas, caracterizando mais um declínio da região central. Porém, se esses espaços fossem experimentalmente criados por organismos de preservação se facilitaria uma melhor análise do comportamento dos mesmos.

CAPÍTULO 3

As dinâmicas metropolitanas e os espaços livres centrais do Recife

3.1 Espaços livres e os fluxos urbanos da área central do

Recife

A escolha do centro urbano como localização dos espaços livres, foi apontada pela importância que um centro metropolitano possui em toda dinâmica regional e pelos usos específicos que se fazem nos centros urbanos e em seus espaços livres. A presente análise terá como ponto de partida a RPA-1, ou seja, a Região Político-Administrativa que abrange o fragmento adensado mais antigo da cidade.

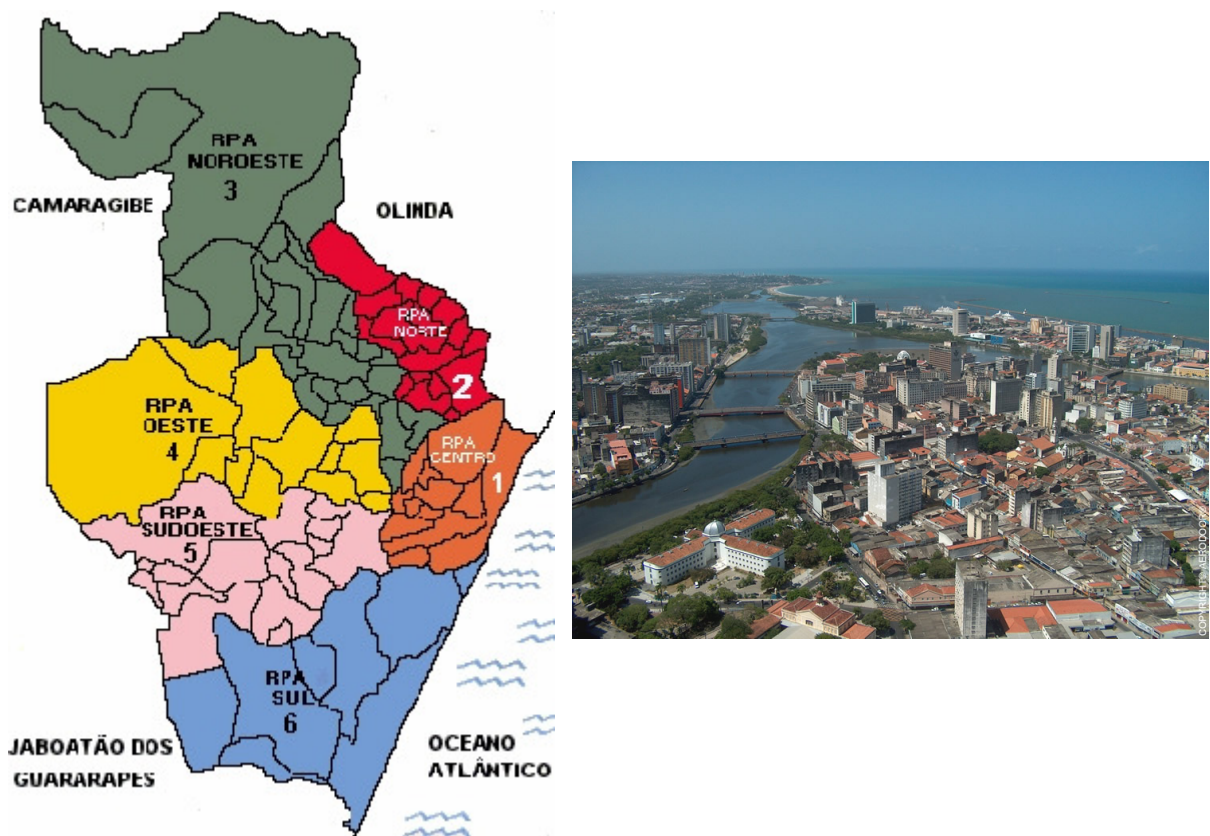


Fig. 66 Mapa do Recife dividido por RPA, com indicação dos municípios vizinhos. E imagem da área central do Recife.

Em termos de espaços livres, pode-se observar a seguir [Fig. 24], que essa região central possui um número significativo de praças (32), e que, mesmo com o forte adensamento implantado com o tempo, a região apresenta a permanência de um parque, o 13 de Maio. A análise dos dados desperta a atenção para outros dois pontos válidos de serem abordados, embora não se conhecendo a fundo os parâmetros de classificação utilizados.



Espaços livres públicos / Quantidade	Nº
Faixa de praia	0
Parque	1
Praça	32
Jardim	8
Largo	1
Pátio	8
Quadra polivalente	1
Cemitério	2
Campus universitário	0
Espaço de valorização ambiental	0
Unidade de conservação	1

Espaços livres potenciais / Quantidade	Nº
Espaço potencial de valor paisagístico ambiental	2
Campo de pelada	12
Recanto	0
Margem de rio	0
Margem de canal	0
Terreno vazio	8
Total	76

Fig. 67 Mapa dos Espaços Livres do Recife na RPA-1. Com quadro de todos os espaços livres.

Primeiramente, observa-se a baixa quantidade de terrenos vazios. Pelo levantamento realizado, essa RPA apresenta apenas 8 terrenos vazios, enquanto que as outras Regiões Político-Administrativas apresentaram respectivamente: RPA-2 (12 un), RPA-3 (9 un), RPA-4 (25 un), RPA-5 (26 un) e RPA-6 (36 un). O fato demonstra certa curiosidade, pois é sabido que o processo de declínio da

área central resultou, e ainda resulta, no abandono de determinados espaços e o constante uso especulativo de terrenos livres para estacionamento.

Nesse aspecto, independentemente dos dados, é de salutar importância os usos que se fazem do espaço. Isso porque o centro tradicional possui por vezes determinados usos, como a atividade portuária e ferroviária, que além de ocuparem grande espaço na malha urbana e demandarem de grandes áreas de depósito, relacionam-se muito fortemente com as atividades do entorno. Assim, as mudanças de uso ou abandono de uma área como essa, geram grande impacto na dinâmica local. Destaca-se aqui, o Porto do Recife, as atividades de grandes dimensões, e as outras localizadas em pontos estratégicos.

A segunda questão despertada nas análises é a ausência de margem de canal, margem de rio e faixa de praia. De certo, faixa de praia não se teria, pois esse uso é mais característico das atividades desenvolvidas nos bairros de Boa Viagem e Brasília Teimosa. Causa desconforto, no entanto, não aparecer no levantamento, pois contribuem bastante para várias das atribuições dos espaços livres.

Em se tratando da RPA-1, tanto a ilha formada pelo Bairro do Recife, quanto parte dos bairros banhados pela água, carregam consigo grandes potencialidades de transformação na dinâmica contemporânea.¹⁹

O elemento aquático assume na cidade do Recife, características muito maiores do que um elemento ambiental. Como descrito, os rios cortam a cidade, e juntamente com os canais, mar, oceano e mangue, constituem uma identidade paisagística de características estruturadoras.²⁰

¹⁹ Como demonstrado em parte pelo Projeto Recife / Olinda, discorrido no capítulo 2.2.

²⁰ No meio urbano atribui-se o termo “*water front*” para designar essa frente de água urbana. Mas, o referente termo não está vinculado à propriedade da água como elemento estruturante da cidade. Relaciona-se com estratégias mercadológicas.

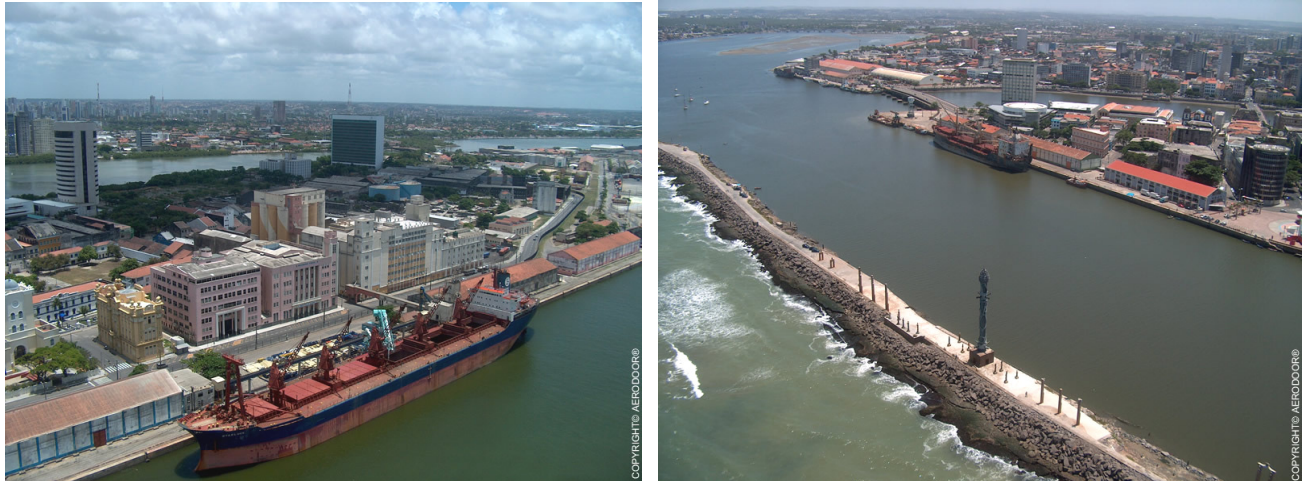


Fig. 68 Imagens da RPA-1, com destaque para o Bairro do Recife.

Colocado em primeiro plano o processo de evolução urbana do Recife, parte-se do percurso das principais vias originárias no Bairro do Recife, e que representam eixos de expansão, adensamento e desenvolvimento. Essas vias vão funcionar no processo de desenvolvimento urbano, como subsidiárias à formação de uma espécie de Rede, que incorporará os engenhos e chácaras localizadas espriadamente e relativamente distante do centro tradicional. Essa distância era, em tempos passados, mais custosa devido a difícil acessibilidade.

Nota-se, a seguir, que apesar desse traçado viário ter partido de um ponto ou de



uma região, ele não era suficiente devido a necessidade de comunicação entre as regiões, o que vai estabelecer outros vetores.

Fig. 69 Planta do Recife segundo o plano de Peter Post, 1639. Do mapa Mauritiopolis, Reciffa et Circum Iacencia Castra.

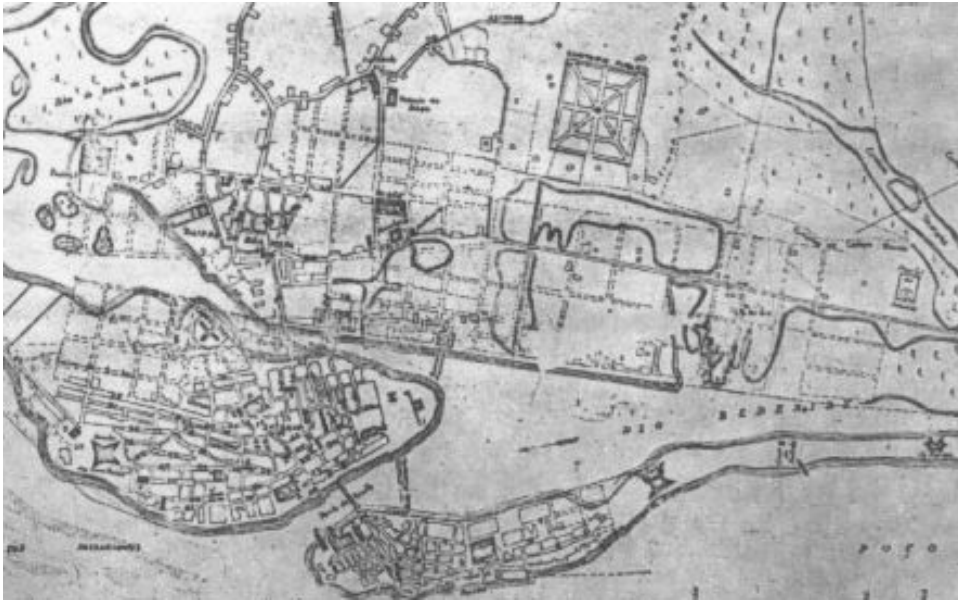


Fig. 70 Planta do Recife de 1856.

Esses vetores que se configuram no tempo fazem a ligação entre diferentes regiões, conduzindo o fluxo das diversas culturas e classes sociais. Esses caminhos estruturadores do tecido urbano são aqui compreendidos como Linhas de Força, que possuem na cidade do Recife um diálogo muito estreito com os espaços livres. Formadas principalmente por elementos “naturais”, essas Linhas de Força coincidem, muitas vezes, como os principais eixos viários de circulação, e tendem a gerar em seu percurso, um “campo” propício de ações e desenvolvimento.

Fazendo a junção entre os espaços livres e as linhas de força do centro do Recife, observa-se, [fig. 28] que numa análise desse tipo não dá para restringir o foco de investigação apenas para a RPA-1. Pois a estruturação urbana apontada pelas linhas de força, é muito mais expansivas, e mesmo sob uma análise do centro, ou mesmo do centro expandido da cidade,²¹ originaria uma restrição relevante que compromete o entendimento.

²¹ Que é a própria RPA-1, composto pelos bairros de São Antônio, São José, Santo Amaro e Bairro do Recife.

Num caso específico como na linha de força que tangencia a RPA-1, desconsiderar o que ocorre do outro lado de um importante vetor de desenvolvimento, é quase a mesma coisa que só investigar metade de um processo, e negligenciar os processos da dinâmica de forma mais ampla.



- Linha de Força detectada na pesquisa.
 — Linha de Força detectada na pesquisa e limite da RPA-1.

- | | | |
|--------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| 1- Parque das Esculturas | 7- Prç Manoel da Costa Leal | 12- Prç do Derby |
| 2- Prç Rio Branco | 8- Prç Joaquim Nabuco | 13- Prç Euclides da Cunha |
| 3- Prç Arthur Oscar | 9- Casa da Cultura e | 14- Prç Chora Menino |
| 4- Prç Tiradentes | Prç Visc. de Mauá | 15- Prç Maciel Pinheiro |
| 5- Prç da República | 10- Parque 13 de Maio | 15- Prç Maciel Pinheiro |
| 6- Prç Diário de PE | 11- Prç Oswaldo Cruz | 16- Ilha do Retiro |

Fig. 71 União entre as Linhas de Força e os Espaços Livres.

3.2 Os espaços livres públicos centrais com repercussões metropolitanas: Praça Rio Branco, Parque 13 de Maio e a Praça do Derby

Após análise dos espaços livres da área central, buscou-se perceber quais dentre os espaços livres, sob influência das dinâmicas centrais, dialogam com a estruturação urbana e possuem raio de influência metropolitana. A partir desses critérios pré-estabelecidos, chegou-se inicialmente a três casos específicos, a saber: a Praça Rio Branco, o Parque 13 de Maio e a Praça do Derby.



Fig. 72 Imagem dos três espaços livres. Praça Rio Branco [1], Parque 13 de Maio [2] e a Praça do Derby [3].



Fig. 73 Praça Rio Branco.

A Praça Rio Branco, conhecida popularmente como Praça do Marco Zero, por ser o ponto de onde se começa a medir as distâncias do sistema rodoviário do Estado, esta localizada no Bairro do Recife. Esse local remete à formação histórico-cultural da cidade, e constitui um espaço cívico desde o século XVI, haja vista que o processo de expansão urbana ocorrida na cidade originou-se a partir dessa área.

Essa praça com seus 6.000 m² de área, é rodeada por edifícios emblemáticos e de onde se originam algumas vias que adentram no território recifense. Somado a isso, as intervenções ocorridas a partir de 1999, transformaram-na em um espaço de poucos elementos vegetais, voltado para a prática de eventos e manifestações populares. Nessas intervenções o caráter histórico e memorial foi alimentado, seja pelas melhorias urbanas de resgate, seja nos novos marcos criados.²²

A praça obteve, com seu entorno edificado, grande importância nas dinâmicas exercidas, e com o tempo consolidou-se como um lugar de reconhecido prestígio em suas relações comerciais e sócio-culturais. Atentando para as apropriações públicas transcorridas na Praça Rio Branco, percebeu-se que sua influência, tanto metropolitana quanto local, está condicionada a eventos esporádicos e apresenta pouca utilização durante o transcorrer do dia.

Em se tratando da estruturação urbana, apesar desse local ser um ponto de convergência entre eixos, a estagnação pela área histórica que envolve, aliada a característica de “núcleo” que essa ilha representa, são alguns possíveis fatores

²² Como a própria transformação da praça e o Parque de Esculturas nos arrecifes da sua frente.

que atrapalham o pleno desenvolvimento das relações metropolitanas estruturantes. Diferentemente da dinâmica exercida alguns séculos atrás.²³



Fig. 74 Vista aérea da Praça Rio Branco. Demonstrando o desenho urbano originário pela Praça.

O próximo espaço público central a ser analisado é o Parque 13 de Maio. Localizado no Bairro de Santo Amaro, um dos mais antigos da cidade, o bairro foi constituído por grande número de habitações simples e abrigou grandes equipamentos como cemitérios, Assembléia Legislativa, Biblioteca Pública Estadual, Faculdade de Direito, além do próprio Parque 13 de Maio.



Fig. 75 Parque 13 de Maio.

²³ Época do apogeu da cana de açúcar e fluência do Porto do Recife, quando nesse local as principais atividade da metrópole eram exercidas e vividas.

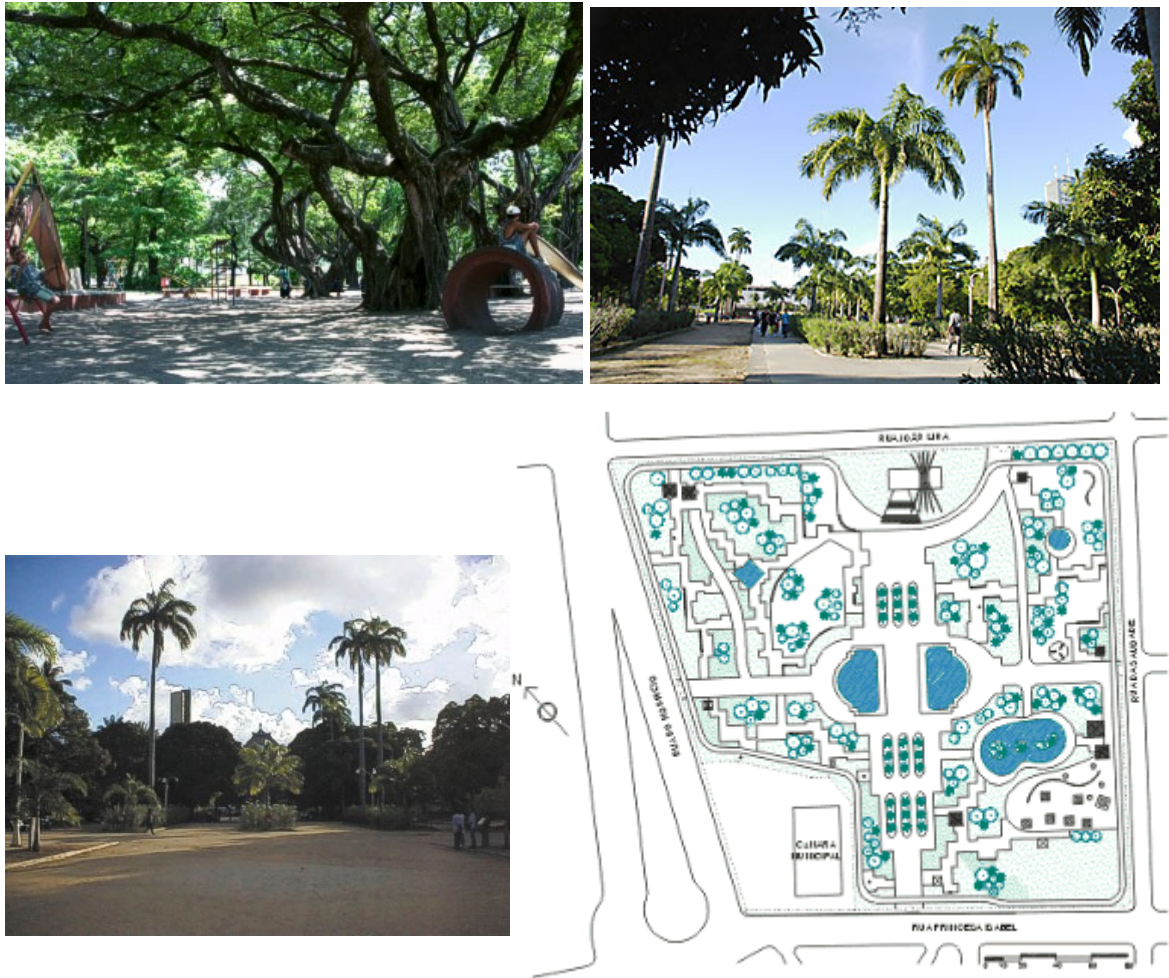


Fig. 76 Detalhe do Parque 13 de Maio.

Dotado de ricos elementos vegetativos, aquáticos e construídos nos seus 6,9 ha, o Parque é um catalisador metropolitano de pessoas, que utilizam seu espaço impulsionados por atratividades como: o minizoológico existente, sua localização centro-metropolitana, sua paisagem contemplativa, dentre outros.

De fácil acesso e servido por estratégica rede de transportes coletivos, conta com inúmeras paradas locais e intermunicipais, impondo-se como contraponto de clareza e verdura, em meio ao intenso movimento urbano. (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 56).

Essas imagens mostram algumas das várias características que o Parque apresenta na estrutura metropolitana e na esfera da vida pública. Já que esse Parque cumpre sua função como espaço público central, falta constatar sua interface com a estrutura urbana, tendo como marco as linhas de força.



Fig. 77 Estudo das Linhas de Força incidentes no Parque 13 de Maio.

O Parque apresenta uma magnífica localização diante das linhas de força, ou seja, ele encontra-se implantado na interseção entre um vetor, sentido leste – oeste, e outro vetor, sentido norte – sul, além do conjunto de atividades desenvolvidas em seu entorno. Atividades que transformam os fluxos urbanos.

Apesar da importante rede de relações que se estabelece nesse espaço livre público, uma ressalva faz-se necessária: caso fosse qualificar as linhas forças que lhe tangenciam, verificar-se-ia que elas são de “segunda grandeza”. Isso porque, tanto o vetor leste – oeste, quanto o norte – sul, possuem vetores mas expressivos que desempenham funções semelhantes e de mesmos sentidos. Isso leva a verificar a existência de algum espaço livre público central com as mesmas semelhanças, e que esteja localizado nos vetores de fluxo principal.

Chega-se assim à Praça do Derby. Uma praça que também está no núcleo de interseção entre vetores, sendo esses, as principais linhas de força originadas e ramificadas do Centro da Cidade do Recife.

Hoje a praça se insere num dos principais nódulos de articulação da Cidade, em área dividida por movimentada via. (SÁ CARNEIRO, 2000, p. 98).

Essa compreensão só foi possível pelo aumento da escala de análise e observação das relações desenvolvidas em toda extensão das linhas forças, originárias ou decorrentes, do núcleo urbano central da cidade.

Observando em detalhes a Praça do Derby, constata-se que em seus 26.900 m², muitas das qualidades do Parque 13 de Maio se fazem presente. A variedade de elementos constitutivos, o acesso livre e permanente, os fragmentos da história da cidade e a variedade de atividades em seu entorno, são algumas de suas contribuições na dinâmica metropolitana.



Fig. 78 Detalhe da Praça do Derby. A praça em vermelho, e as Linhas de Força em amarelo.

3.3 A praça do Derby: da leitura do lugar à leitura metropolitana

A Praça do Derby está localizada no bairro que leva o mesmo nome. Dada a porção territorial ocupada pela praça e seu forte significado, enquanto fragmento referencial urbano, o bairro sem essa praça perde muito de sua identificação. O Bairro do Derby é percebido popularmente apenas pelo entorno imediato da Praça do Derby e de algumas edificações emblemáticas circunvizinhas.

Algumas das principais referências históricas desse bairro decorrem a partir da segunda metade do século XIX, quando, segundo Carlos Bezerra Cavalcanti (2002, p.111-112), se instalou a Sociedade Hípica Derby Club (1885) e logo em seguida teve-se a construção do Mercado Coelho Cintra. Mercado esse que durou poucos anos, pois daria lugar ao Quartel do Derby (1924), onde tradicionalmente acontece a Missa do Galo, por ocasião das festividades natalinas.



Fig. 79 Antigo Mercado Coelho Cintra.

Reformado completamente na década de 30 pelo paisagista Roberto Burle Marx²⁴, o antigo espaço livre ganhou novos atrativos, que resultou em uma diversidade que pode ser vista até os dias de hoje, como: espelho d'água, coreto, estátuas, brinquedos, e até mesmo um projeto de uma mini ilha. Dentre a composição da Praça, faz parte da lembrança de muito dos antigos frequentadores e moradores da cidade, a presença de um peixe-boi, que ali residiu por muitos anos.



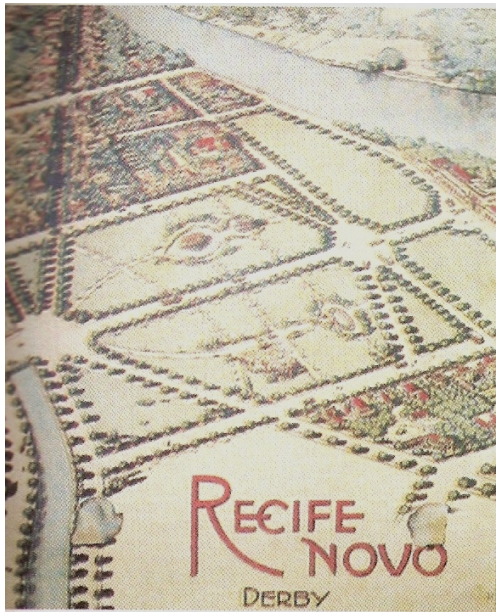
Fig. 80 Ilha dos Amores e fonte da Praça do Derby.

De um modo geral, são conservadas as suas características de jardim bucólico no traçado, no mobiliário e nos espaços de convívio e de contemplação integrados às residências e ao quartel. Em um dos lagos, ele amplia a então conhecida Ilha dos Amores, sugerindo um cenário romântico com vegetação frondosa e proporcionando um ambiente recluso de uma floresta. (SÁ CARNEIRO, 2005, p. 61).

²⁴ Burle Marx atuou no Departamento de Parques e Diversões da Cidade do Recife (1934-1937), onde projetou e restaurou vários jardins públicos. (LEENHARDT, 2006, p.121).

A demonstração da valorização das raízes locais e os princípios ecológicos, educativos e artísticos dos quais Burle Marx fazia uso, ajudou a valorizar ainda mais as intervenções que realizou na cidade do Recife.

A praça do Derby, por ser cortada por uma rua, é constituída pela união de dois



fragmentos territoriais que juntos resultam em aproximadamente 26.900 m². Possuindo um desenho geométrico simples, delimitado por ruas paralelas e perpendiculares, a praça apresenta internamente um traçado organicista formado por expressiva vegetação²⁵ que confronta com essa “racionalidade” externa.

Fig. 81 Praça do Derby.

Quanto à utilização da Praça, ela possui um intenso e variado uso, a depender do dia e o horário que se observe. Seu espaço interno pode ser entendido como: espaço recreativo para crianças, na área de brinquedos, potencializado nos fins de semana; espaço de descanso do trabalho; espaço de namoro; espaço de troca e venda de moedas antigas no final de semana; espaço de apropriações degradantes como banheiro público e consumo de drogas; etc.

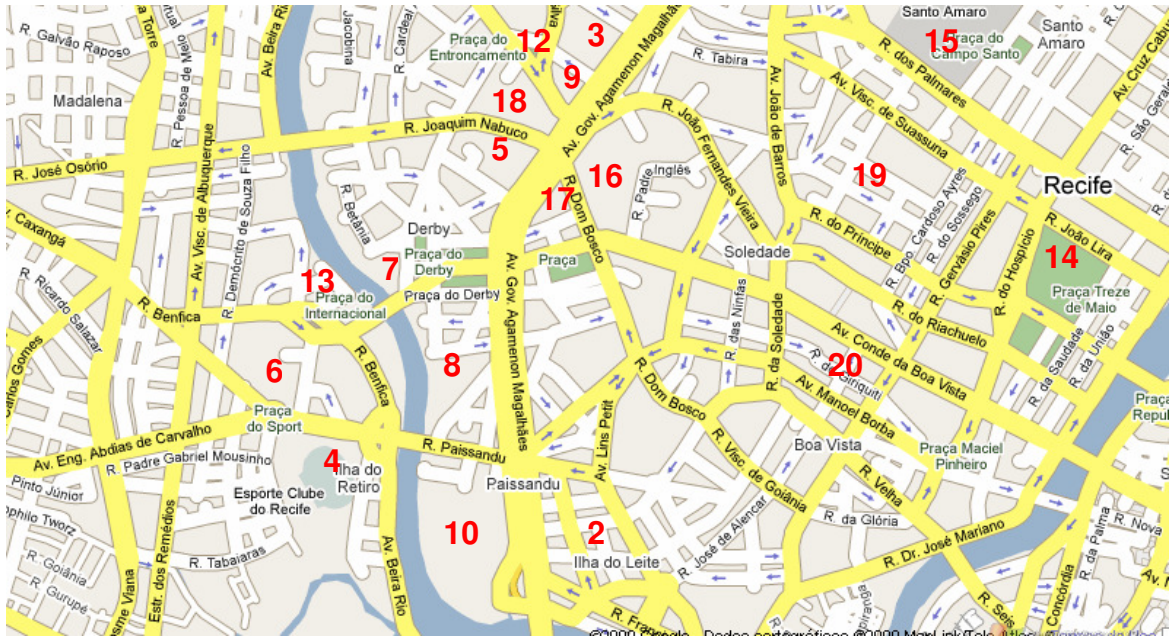
²⁵ Vegetação composta por exemplares de plantas brasileiras e palmeiras advindas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



Fig. 82 Imagens da Praça do Derby.

No lado externo, ou nas suas bordas, o uso é ainda mais intenso, mas com poucas variações, onde predomina o importante sistema de pontos de ônibus e um comércio característico, formado por bancas de revistas e demais barracas de produtos variados, além do uso como ponto de táxi e estacionamento de veículos. Diga-se de nota que o papel desempenhado pela praça do Derby como ponto de articulação na malha viária dos transportes coletivos faz com que o movimento de pessoas seja sempre contínuo.

Analisando a composição do entorno da Praça do Derby, surge um conglomerado de elementos diversificados e estruturais subsidiários de uma centralidade metropolitana [Fig. 40]. O entorno da Praça é bastante rico na diversificação das funções, principalmente as de atração regional.



- | | | |
|---|----------------------------|--------------------------------|
| 1- Praça do Derby | 2- Pólo Médico | 3- Clube Português |
| 4- Sport Clube do Recife | 5- Hospital da Restauração | 6- Clube Internacional e Extra |
| 7- Quartel do Derby | 8- FUNDAJ | 9- Tribuna Regional Eleitoral |
| 10- Hospital Português | 11- Praça Chora Menino | 12- Praça do Entroncamento |
| 13- Praça Euclides da Cunha | 14- Parque 13 de Maio | 15- Cemitério de Santo Amaro |
| 16- Colégio Americano Batista | 17- Colégio Contato | 18- Colégios |
| 19- Campus da Universidade Católica de Pernambuco | 20- Shopping Boa Vista | |

Fig. 83 Entorno da Praça do Derby.

O pólo médico (2), do qual o Hospital Português (10) faz parte é o segundo maior do país, e constitui-se em uma referência no Norte/Nordeste além de abranger uma grande variedade de hospitais, clínicas e estruturas de suporte, que contribui na saúde, geração de empregos e participação no desenvolvimento econômico. Ainda no setor de saúde, o Hospital de Restauração (5) é o principal hospital regional no tratamento de emergência ao Sistema Único de Saúde, atraindo usuários de toda a região.

No quesito lazer verifica-se a presença do Sport Clube do Recife (4), o Clube Internacional (6), e o Clube Português. Todos importantes clubes para a cidade do Recife, com perfis diferentes, de públicos e atividades. Considerando que o Clube do Náutico encontra-se muito próximo do Clube Português, a área compreende dois dos principais clubes de futebol de Pernambuco.

Em outro segmento de lazer, constata-se a presença de uma Instituição de Pesquisa, a FUNDAJ (8) – Fundação Joaquim Nabuco – que ao transmitir filmes que não estão nos circuitos nacionais e a um preço mais acessível, também corrobora com os espaços de lazer compreendido no entorno da praça do Derby. Além dos espaços de lazer, outros elementos surgem com poder de atração regional como o Tribunal Regional Eleitoral (9).

O sistema educacional também aparece fortemente representado, apesar da imagem só apresentar três colégios (16, 17 e 18), que são compostos por lotes extremamente grandes, existe um conglomerado de cursinhos pré-vestibulares. Além dos colégios citados, o campus da Unicap (19) e o Colégio São Luís, que não consta na imagem, são grandes espaços educacionais, sendo que o primeiro, assume um poder de âncora, ao atrair para sua região um conjunto de atividade, além de atrair freqüentadores que não necessariamente são estudantes da instituição.

Vários outros elementos pontuais que alimentam o entorno da Praça do Derby, ajudam a constituir nesse local uma importante centralidade metropolitana, que se localiza nas margens do centro expandido da cidade. Todos os elementos apontados estão localizados a um raio percorível a pé. Após essa análise dos elementos pontuais, vamos compreender a articulação dos vetores de fluxos viários.

As Linhas de Força são aqui compreendidas como importantes vetores de desenvolvimento urbano. Com um caráter de permanência, esses traçados são espaços de manifestação de um conjunto de ações, tanto materiais quanto de outra ordem. A combinação que resulta na Linha de Força possui um certo arranjo que indicará sua hierarquia frente às demais. Logo, as dimensões das vias correspondem apenas a uma de suas características.



Fig. 84 Vetores de Fluxo.

Partindo da análise do núcleo tradicional da cidade, e observando as artérias que adentram no território, constata-se que quatro vetores vão funcionar inicialmente como Linhas de Força. Representados pelas linhas verde, amarela, vermelha e azul, esses vetores tradicionais vão direcionar o fluxo tanto leste-oeste, quanto norte-sul.

As Linhas de Força que partiram do núcleo tradicional da cidade, irão ser ramificadas, complementadas, interceptadas e articuladas com outras Linhas de Força, conformando uma leitura de articulação metropolitana.

A Linha azul seguirá sentido sul para o Bairro de Boa Viagem e será direcionada para o município de Jaboatão dos Guararapes, igualmente será a Linha laranja no sentido sul. No sentido norte, a Linha laranja e a verde se aproximam da cidade de Olinda. Ambas as Linhas, se fossem continuadas, iriam encontrar uma outra, a da Avenida Norte, que seria paralela a linha amarela.

Pelo exposto na imagem, destaca-se a Linha de Força da cor vermelha. Essa possui uma continuidade muito extensa, a qual parte do núcleo histórico da cidade, corta diversos bairros e segue para o Município de Camaragibe. Esse vetor é rodeado por espaços livres públicos, além dos analisados nessa pesquisa, e constitui um dos principais eixos de articulação da Região Metropolitana.

Tendo em vista a importância desse vetor e do papel contemporâneo da Praça do Derby, a Prefeitura do Recife realizou em 2008 o Projeto Corredor Leste-Oeste, que previa a melhoria da acessibilidade nesse vetor. Com uma frota de 814 ônibus nas 107 linhas, o sistema de transporte coletivo foi valorizado em relação ao transporte particular. Pelo fato das principais paradas de ônibus estarem localizadas no entorno da Praça do Derby, o projeto de melhoria da acessibilidade contou com um projeto paralelo de restauração dessa praça.



Fig. 85 Projeto Corredor Leste-Oeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

**uma praça na rede de relações
intra-urbanas**

A pesquisa buscou fornecer informações tanto da temática quanto do objeto, aprofundar as relações teórico-conceituais para subsidiar uma melhor interpretação crítica dos espaços livres, e dos espaços livres públicos centrais. Enfocou determinados espaços que desenvolvem nos centros urbanos uma atribuição estrutural que, nessa pesquisa, foi pautado segundo o recorte espacial da cidade do Recife.

Os espaços livres públicos centrais desempenham distintas formas de transformação compartilhada com a estrutura urbana, que vão do desenvolvimento de determinadas atividades em seu entorno, passando pelas atividades contidas internamente nesses espaços, até sua participação no sistema de fluxos viários.

À guisa de conclusões pode-se destacar que este estudo sobre os Espaços Livres Públicos Centrais aponta para a necessidade de um maior diálogo entre o planejamento urbano das metrópoles e os espaços livres na composição da paisagem.

O entendimento da existência de determinados espaços livres públicos centrais, que possuem relevância metropolitana na estruturação urbana da região, é o início de uma nova visão que pode alimentar as intervenções futuras das grandes cidades. Com intuito de não apenas melhorar o fluxo viário e fazer ligações em escala regional, mas também conduzir uma melhoria ambiental e de qualidade de vida, num dos melhores locais para as práticas sociais coletivas.

No caso analisado, a Praça do Derby mostra-se como um singular Espaço Livre Público Central, que possui potencialidades de transformação na dinâmica intra-urbana contemporânea. Mas não se trata apenas de um exemplar único, com relações específicas da cidade do Recife, o que indica que esse é um tema ainda para ser investigado sobre outros contextos territoriais.

A praça e sua rede de relações intra-urbanas é um estudo que ainda necessita de contribuições e aprofundamentos para se chegar à maturação e contribuir ainda mais no desenvolvimento urbano e humano. O presente trabalho buscou traçar

um caminho de entendimento, permeando os assuntos inerentes a essa esfera temática.

Os espaços livres centrais são componentes essenciais da estruturação urbana, e a ampla potencialidade encontrada em alguns casos – fruto da inter-relação entre a sociedade e o espaço – devem ser objetos de políticas públicas de planejamento urbano, como foi constatado na cidade do Recife.

Ampliando a escala de observação, a imagem abaixo demonstra o poder de influência e transformação da Linha de Força analisada na pesquisa. Saindo de uma praça localizada no Centro Histórico da cidade, esse vetor passa pela Praça do Derby, onde cruza com outro vetor e segue para o interior do Estado de Pernambuco, chegando a cortar a BR 101. Ou seja, mesmo com esse importante diálogo entre o desenvolvimento urbano, exercido pelos eixos de circulação, e os espaços livres públicos que se encontram nas suas imediações, ainda não existe um real entendimento dos elementos paisagísticos como complementares a estruturação urbana das cidades.

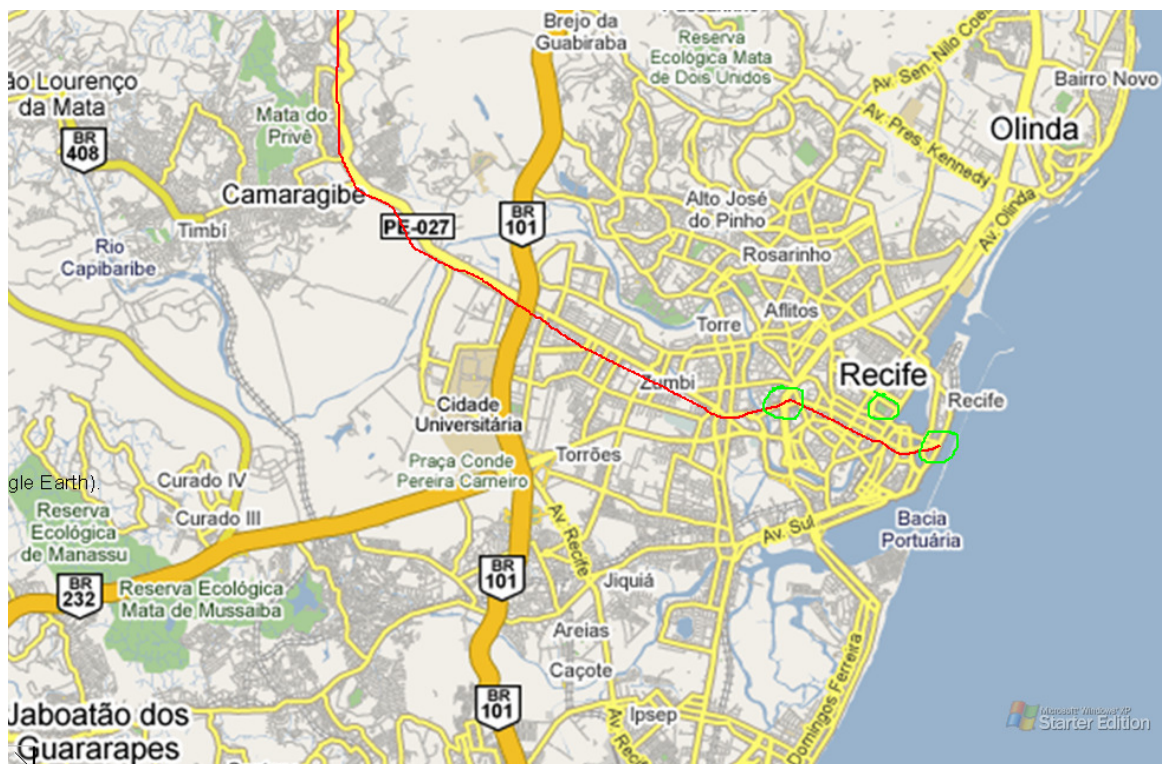


Fig. 86 Imagem da região de influência da Linha de Força. Em vermelho a Linha de Força e circulado em verde, os três espaços livres públicos centrais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2008.

ASCHER, François. Metropolização e transformação dos centros das cidades. In: MEYER, Regina Maria Proserpi. (Org.). **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Viva o Centro/ Terceiro Nome/ Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 59-68.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARTALINI, Vladimir. Praça: a forma mais que difícil. **Arquitextos**, 086 julho, 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq086/arq086_00.asp>. Acessado em: 08/12/2008.

BORJA, Jordi. As cidades e o pensamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 79-99.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y Global. La gestion de las ciudades en la era de la información**. Madrid: Taurus, 1997, p. 235-281.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 43-69.

CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 23, 1994.

CAMPOS, Heleniza Ávila. **Permanências e mudanças no quadro de requalificação sócio-espacial da área central do Recife (PE): estudo sobre territorialidades urbanas em dois setores "revitalizados"**. (Tese de Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

CASÉ, George. Formação urbanística do bairro de Santo Amaro: forma urbana e imagem. In: **História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís**. PONTUAL, Virgínia; SÁ CARNEIRO, A. R. Recife: Bagaço, 2005, p. 203-238.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 467-522.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e suas ruas: se essas ruas fossem minhas**. Recife: Edições Edificantes, 2002.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.

CURRY, Isabele (Org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, Edições do Patrimônio, 2000.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

GOMES, Geraldo. Patrimônio de segunda. In: **Urbanismo patrimônio sociedade**. AMORIM, Luiz e GRIZ, Cristina. Olinda: Livro Rápido, 2008. p. 223-230.

GUERRA, Cristianne de Melo. Os componentes aquáticos nas praças do Recife. In: **História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís**. PONTUAL, Virgínia; SÁ CARNEIRO, A. R. Recife: Bagaço, 2005. p. 147-172.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações, quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 01-40.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEENHARDT, Jacques. **Nos jardins de Burle Marx**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LEITÃO, Lúcia. (Org.). **As praças que a gente tem as praças que a gente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2002.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Uso do território e investimento público. **GeoTextos**, Bahia, vol. 2, n. 2, p.13-30, 2006.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-134, 2002.

LINARDI, Maria Cecília Nogueira. **Memória urbana: uma análise espacial da Praça Central de Santa Bárbara d'Oeste, SP**. Piracicaba: Unimep, 2001.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MENEZES, José Luiz da Mota. O urbanismo Holandês no Recife: permanências no urbanismo brasileiro. **Urbanismo de origem portuguesa**. n. 4, 2001.

MEYER, Regina Maria Prospero; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. **São Paulo metrópole**. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial, 2004. p. 18-31.

- MOTTA, Fernando C. Preste. **O que é burocracia**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- NEVES, André Lemoine. Morfologia de núcleos urbanos do agreste pernambucano surgidos no século XVIII. In: Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 1, 2005. Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro, 2005.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-208, dez, 1993.
- NUCCI, J.C.; CAVALHEIRO, F. Espaços livres e qualidade de vida urbana. **Paisagem Ambiente Ensaios**, São Paulo, n.11, p. 277-288, dez, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. O estado e o urbanismo no Brasil. In: **Revista Espaço e Debates**, n. 6, São Paulo, jun-set, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 42, p. 417-434, 2001.
- PORTAS, Nuno. As políticas de reforço das centralidades. In: MEYER, Regina Maria Proserpi. (Org.). **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Viva o Centro/ Terceiro Nome/ Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 121-134.
- QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Entre a megalópole e a praça: notas dialéticas sobre paisagens urbanas contemporâneas e possibilidades projetuais do espaço público. In: ENEPEA, 7, 2004. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2004.
- QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel / Fapesp, 1999.
- ROLNIK, Raquel; BALBIM, Renato (Coord.). **Reabilitação de centros urbanos**. Brasília: Ministério das cidades, 2005.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife / UFPE, 2000.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita. A paisagem cultural e os jardins de Burle Marx no Recife. In: **História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís**. PONTUAL, Virgínia; SÁ CARNEIRO, A. R. Recife: Bagaço, 2005. p. 49-76.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997(a).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997(b).

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1996.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Aline de Figueirôa. Os princípios artísticos do traçado dos jardins de Burle Marx no Recife. In: **História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís**. PONTUAL, Virgínia; SÁ CARNEIRO, A. R. Recife: Bagaço, 2005. p. 173-202.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura do ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1986.

SILVEIRA, José Augusto da. LAPA, Tomás de Albuquerque; RIBEIRO, Edson Leite. Percursos e processo de evolução urbana: uma análise dos deslocamentos e da segregação na cidade (1). **Arquitextos**, 090, 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc000/esp446.asp>>. Acessado em: 08/12/2008.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo, Ática, 1992.

SOUSA, Alberto; NOGUEIRA, Helena de Cássia. O plano de implantação da cidade da Parahyba (1585) – Parte I e II. **Arquitextos**, 093.03 e 095.03, 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc093/arc093_03.asp>. Acessado em: 08/12/2008.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. **Territórios**. Barcelona: GG, 2002. p. 77-105 e 181-193.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. (Org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manole, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel / Fapesp / Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre o centro urbano. In: **Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro**. SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio. (Org.). Campinas: PUCAMP / PROURB, 2004. 21-35.

ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma. (Org.). **Revitalização do Bairro do Recife - plano, regularização e avaliação**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Rumos da ordem pública no Brasil: a construção do público. **São Paulo em Perspectiva**, 10 (4), 1996.